

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ÉRIKA PIRES REIS

**Projeto ABC do Glória: construindo uma atuação em Psicologia Escolar e
Educação Popular**

Uberlândia
2020

ÉRIKA PIRES REIS

**Projeto ABC do Glória: construindo uma atuação em Psicologia Escolar e
Educação Popular**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ªDr^ª Anabela Almeida Costa e Santos Peretta.

Uberlândia
2020

ÉRIKA PIRES REIS

Projeto ABC do Glória: construindo uma atuação em Psicologia Escolar e Educação Popular

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: ProfDr^a. Anabela Almeida Costa e Santos Peretta.

Uberlândia, 25 de Novembro de 2020.

Banca examinadora:

Prof^aDr^a Anabela Almeida Costa e Santos Peretta(Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG.

Prof^aDr^a Carmen Lúcia Reis

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG.

Prof^aDr^a Luciana Pereira Lima

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG.

AGRADECIMENTOS

Durante toda minha trajetória pelo curso de Psicologia, tive muitas pessoas e grupos que me acompanharam e atravessaram este ciclo importante, por isso, faço aqui meus agradecimentos a vocês.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, primeiramente por ser minha segunda casa nesta trajetória e me acolher quando fiz o processo de transferência. E também pela possibilidade de usufruir de um ensino público, gratuito e de qualidade, que me ofereceu durante estes anos inúmeras possibilidades e recursos para minha formação como Psicóloga.

Agradeço à Prof^{Dr}^a Anabela Almeida Costa e Santos Peretta por aceitar me orientar e embarcar nesta viagem que foi escrever este ensaio. Desde a disciplina de Psicologia Escolar I, tivemos um encontro marcante para mim, onde pude aprender com ela novos olhares frente a uma Psicologia Crítica que eu buscava com toda sede do mundo. Anabela, obrigada por ser fonte de aprendizado, acolhimento e afeto durante todo o meu processo de escrita.

Agradeço ao “Projeto ABC do Glória: Empoderar para transformar” por me proporcionar todas as vivências relatadas neste ensaio, sendo fonte de aprendizado desde o primeiro momento em que eu decidi entrar. Foi nele que aprendi novos significados, novas formas de afetar, amar, abraçar, sorrir, chorar e criar vínculos. Obrigada por me (trans)formar!

Aos meus Pais, Diana e Anderson, por me amar e apoiar de forma incondicional.

Aos meus avós Milton e Darlene, por incentivar todos meus estudos, amando e cuidando de forma incondicional de diversas formas.

Aos meus avós, Clealdo (eternas saudades!) e Dolores, que mesmo à distância sempre me amaram e tiveram orgulho de mim.

À minha irmã, Anelise Vitória, que me ofereceu amor, colo, afago, cuidado e apoio desde o primeiro momento em que decidi cursar Psicologia, até hoje. Incentivando-me sempre

a buscar mais, sendo fonte de força em todos os momentos. Obrigada por me amar e estar presente sempre.

À minha família, irmãos Brunno e Anderson, Tios e Tias que sempre acreditaram no meu potencial e estiveram presentes em todos os momentos.

Às minhas primas, Giovanna e Victoria, que sempre me arrancaram sorrisos e gargalhadas, abraços acolhedores e momentos marcantes durante toda minha trajetória, me amando de diversas formas.

À minhas melhores amigas. Brenda Caroline pela escuta acolhedora sempre, apoio, abraços afetuosos e parceria, Mariana Peralta por estar ao meu lado desde o Fundamental II fortalecendo minhas escolhas e me apoiando. E Bárbara Rodrigues pelo apoio desde a minha transferência até agora, em outro país me apoiando a todo o momento.

À minhas amigas e companheiras que o ABC me deu, Yasmim Marques obrigada por compartilhar momentos marcantes e por estarmos sempre juntas, e Isabella Martins pelo convite em 2018 e pelo apoio. Este trabalho tem um pedaço de vocês.

Aos meus outros amigos e companheiros de Universidade que sempre me ofereceram acolhimento.

À Comissão Geral do ABC e seus membros por me proporcionarem aprendizados e me mostrar lutas e novos caminhos. Em especial, às idealizadoras, Ana Cecília Vera, Amanda Figueira e Isabella Martins.

À Comissão de Psicologia do ABC e seus membros Izabela Aguiar, Maria Julia Saraiva, Maria Eduarda Matos, Marília Santos, Thais Belafonte, Ana Carolina Fernandes, Isabela Santos, Maria Paula Souza, Lara Coelho, Luiza Sanchez, Maíra Lorencini, Matheus Dias. Agradeço a vocês pelo companheirismo nas lutas e nos estudos, sempre acreditei que este grupo seria potente, imensa gratidão pela amizade construída e parceria em cada ação detalhada neste ensaio.

À Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Reis, primeiramente por aceitar compor a banca examinadora deste trabalho, e por me incentivar sempre na escrita. E também por fazer parte

da construção da minha formação desde o primeiro dia em que entrei na Universidade, me orientando frente ao novo e por me acompanhar até o fim deste ciclo, me supervisionando e apoiando.

À Prof^aDr^aLuciana Pereira Lima por aceitar compor a banca examinadora e por contribuir para minha formação desde a disciplina de Psicologia Escolar II, com suas discussões sobre Educação Popular, e até na brinquedoteca explorando diversas formas de brincar e olhar para o mundo.

A todos meus sinceros agradecimentos, vocês foram e são importantes na minha trajetória na Psicologia e na vida, fico imensamente feliz e com o coração cheio de amor por estar finalizando este ciclo com vocês ao meu lado.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção de uma atuação em Psicologia Escolar e Educação Popular no contexto de Organizações não Governamentais, a partir de uma experiência de três anos atuando no “Projeto ABC do Glória: Empoderar para transformar” localizado na cidade de Uberlândia- MG. Almejamos discutir o compromisso social e político dessa atuação da Psicologia, junto à educação popular na vigente conjuntura, com embasamento teórico-prático na Educação Popular e na Psicologia Histórico-Cultural. Para isto, apresentamos um ensaio, escrito a partir da perspectiva de uma estudante de Psicologia e membro do Projeto ABC do Glória. Buscamos possibilitar a ampliação da compreensão sobre a atuação da Psicologia no terceiro setor, para disponibilizar e fomentar mais discussões sobre esta modalidade de atuação do Psicólogo, tanto em âmbito teórico, quanto prático. Apresentamos três pilares para a discussão, são eles: a) a Psicologia Escolar e sua atuação, seu compromisso ético-político, aspectos discutidos a partir da atuação e dos desafios envolvidos na construção de uma Comissão de Psicologia, alicerçada na participação de voluntários interessados na prática com crianças e adolescentes e também no estudo e desenvolvimento de ações de impacto social, voltadas para o cuidado político-pedagógico e social; b) a Educação Popular, seu histórico e suas perspectivas baseadas nas proposições teóricas de Paulo Freire e também em sua postura de resistência frente ao assistencialismo, atuando para o desenvolvimento das potencialidades das crianças, adolescente e comunidade. c) O último pilar deste ensaio refere-se à construção de Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil (OSC), discutindo os compromissos sociais de um projeto do terceiro setor, o percurso histórico, os impactos e processos relacionais do projeto na e para a comunidade, juntamente com as potências das vivências e diálogos proporcionados com a construção dos vínculos. Conclui-se que as discussões e cenas relatadas neste ensaio são materiais que possibilitam reflexões teórico-práticas sobre a atuação em um projeto social a partir da Psicologia crítica e comprometida politicamente. Portanto, trata-se de um ensaio que propõe um debate acerca da atuação em Psicologia Escolar e Educação Popular em um contexto de vulnerabilidade social visando ampliar as potências das crianças e adolescentes participantes, e proporcionar discussões acadêmicas e teóricas acerca da atuação naquele território e de outros que possuem os mesmos atravessamentos.

Palavra-chave: Psicologia Escolar, Educação Popular, Psicologia Histórico-cultural, Ong's.

ABSTRACT

The objective of this academic work is to analyse the construction of the actuation of the School Psychology and Popular Education in the context of the Non-governmental Organization, as of an experience in a project called “Projeto ABC do Glória: Empoderar para transformar” located in Uberlândia-Minas Gerais. The intention is to discuss the political and the social commitment of this actuation in Psychology, together with the popular education in the current circumstances and the theoretical-practice bases in the Popular Education, and as well as in Historical-cultural psychology. Therefore, a written essay from the perspective of a member in the “Projeto ABC do Glória” which is also a psychology student is introduced. The purpose is to enable an enlargement of comprehension about the actuation of the Psychology in the third sector, to make available and stimulate new discussions about this new role of the psychologist in theoretical and practical contexts. Three pillars are presented for discussion: a) School Psychology and its actuation, its ethical-political commitment, aspects discussed from the performance in the project and the challenges involved in building a Psychology Commission, founded in the participation of interested volunteers in practice with children, adolescents and also in the study and development of social impact actions, focused on political-pedagogical and social care; b) The Popular Education, its history and perspectives based in the theoretical propositions of Paulo Freire and also in his resistance posture in the face of assistencialism, acting to develop the potential of children, adolescents and the community. c) the last pillar of this essay refers to the construction of the Non-governmental Organization* (ONG) and the Civil Society Organisation (OSC), discussing the social commitments of a third sector project, the historical path in Brazil and the impacts and relational processes of the project in and for the community, together with the powers of the experiences and dialogues provided with the construction of bonds. It is concluded that the discussions and scenes reported in this essay are materials that allow theoretical and practical reflections on the performance in a social project based on political and critical psychology. Therefore, it is an essay that proposes a debate about the performance in School Psychology and Popular Education in a context of social vulnerability aiming to expand the powers of the children and adolescents participating in the mentioned project and also provide academic and theoretical discussions about the performance in that territory.

Key words: Psychology, School Psychology, Popular education, Historical-cultural, ONG's.

SUMÁRIO

1- SEJA BEM VINDO A NOSSA VIAGEM, EMBARQUE NO ABC DO GLÓRIA.....	11
2- ESTAÇÃO 1: " O QUE É PSICOLOGIA, TIA?"	27
3- ESTAÇÃO 2: "O QUE VAI TER DE OFICINA, TIA?"	35
4- ESTAÇÃO 3: " O ABC É NOSSO!"	43
5- ESTAÇÃO 4: " DE ÉRIKA DO ABC, PARA O ABC"	50
6- REFERÊNCIAS	53

1. “Seja bem vindo a nossa viagem, embarque no ABC do Glória.”

Este ensaio foi idealizado e desenvolvido a partir de um olhar curioso e carinhoso que construí, durante o período da Graduação em Psicologia com a experiência de vivenciar por três anos Projeto “ABC do Glória: Empoderar para Transformar” (ABC), a qual me despertou mais interesse em compreender as potências da Psicologia Escolar e da Educação Popular.

Tomarei como perspectiva de ensaio a apresentada por Barbieri (2016):

uma tentativa de dar sentido ao que não é facilmente explicável. Compõem-se em memórias, histórias, alegrias e reflexões e possibilidades, que experimentam tomar forma. É como uma viagem, em que o importante é o caminho, e não a chegada.(p.6)

O projeto ABC do Glória foi originado do Centro de Voluntariado Universitário (CVU) de Uberlândia no ano de 2016. Foi proposto por um grupo de três voluntárias do CVU, tendo atualmente como objetivo e missão formar crianças e jovens autônomos, solidários e conscientes de seu potencial ativo na sociedade. O ABC é localizado no bairro Élisson Prieto (antigo assentamento do Glória) na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. O assentamento que deu origem ao atual bairro foi ocupado no ano de 2012 pelo Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB), sendo o maior assentamento da América Latina.

A população do bairro é composta por pessoas que estão no contexto de vulnerabilidade social, que não possuem acesso a saneamento básico e luz, sendo marginalizados pelo Estado de todas as formas.

De acordo com Pires (2019, p.20), havia no ano de 2019, aproximadamente 2.350 famílias, 7.000 crianças e 15.000 pessoas habitando na região nomeada como ocupação do Glória. Em 2012, foi o início da ocupação que se localiza as margens da BR-050, desde então ocorreram diversos impasses burocráticos e políticos. Primeiramente, por esta área ser da Universidade Federal de Uberlândia. Em março de 2017, a Universidade aprovou a doação da área denominada Campus Glória e o juiz determinou que a Prefeitura de Uberlândia e o Estado de Minas Gerais se manifestassem sobre a vontade de assumir o terreno de 63 hectares. Já em agosto do mesmo ano, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG) manifestou-se sobre o interesse de assumir o processo de regularização da situação das famílias que ocupam o local. E em dezembro de 2017, o órgão assumiu a

regularização que deve ser realizada em até cinco anos, prorrogáveis por mais cinco anos.

A ocupação foi regularizada no dia 14 de dezembro de 2017, dia em que foi assinado o termo destinando a área para o Estado de Minas Gerais, passando a ficar sob responsabilidade da COHAB/MG e então a ser chamado bairro Élisson Prieto. No ano de 2019, houve mudança de presidente da COHAB devido à troca de governador do Estado de Minas. Depois desta alteração, houve a demissão dos trabalhadores que estavam efetivando o projeto do bairro, tratando da questão do saneamento básico e outros aspectos.

O único acordo mantido nesta troca foi relativo à energia elétrica, que no ano de 2019 começou a ser instalada. Tais mudanças também repercutiram nas instalações utilizadas pela equipe do ABC do Glória. Foi também no ano de 2019 que o projeto ABC do Glória cresceu em termos de participantes ativos, superando nossa expectativa, de 50 crianças e adolescentes passamos a atender diretamente 130 crianças e adolescentes, de 05 a 17 anos de idade desta comunidade.

No início do ABC do Glória, em 2016, o foco do projeto foi o reforço escolar, centrando esforços nas matérias de Português e Matemática. Também eram oferecidas aulas de Inglês e outras matérias. Porém, foi notado pelas fundadoras e diretoras do projeto que estas atividades não condiziam com a realidade das crianças e adolescentes da comunidade Glória. Primeiramente, pelo contexto de vulnerabilidade social¹ que é atravessado por eles. Além disso, os conteúdos que propúnhamos eram incompatíveis com o percurso educacional deles e com as falhas do sistema educacional que é proposto para esta população. Vale destacar que no bairro não há escolas, sendo que a mais próxima está a uma distância de mais ou menos um quilômetro, além disso, as experiências educacionais vivenciadas por eles são bastante circunscritas ao ensino tradicional. Esta necessidade de grandes deslocamentos para chegar à escola, dificuldade de acesso à educação e o sistema de ensino falho e pouco adequado às necessidades da população foram fatores que nos fizeram refletir sobre a importância de que o ABC do Glória possibilitasse mudança, reconstrução e inclusão, considerando a realidade deles, de vulnerabilidade social. Sendo assim, era necessário

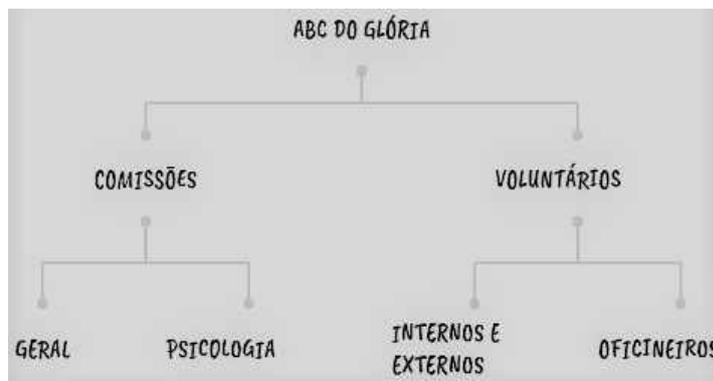
¹ De acordo com Cançado, Souza e Cardoso (2014) este conceito é compreendido como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes.

proporcionar um espaço que se diferenciava da experiência escolar e de ensino que eles possuíam.

Buscando seguir nesta direção, no ano de 2017 foi implantado o modelo de oficinas para as crianças e adolescentes. A partir de fatores como desinteresse pelas atividades de reforço, rotatividade de voluntários engajados nas ações durante o semestre e outros, houve uma remodelação para oficinas socioculturais, pautadas no lúdico e na brincadeira. Estas oficinas passaram a ser organizadas e pensadas por oficinairos voluntários com auxílio dos voluntários do projeto.

No ano de 2018, após a fase de construções e reconstruções no ano anterior, o projeto ganhou um novo grupo, que é a Comissão de Psicologia². Tal comissão foi criada pela idealizadora do projeto Isabella Martins, que no momento era estudante do curso de Graduação em Psicologia, com o objetivo de ser auxiliadora da discussão sobre o espaço, ou seja, para contribuir na organização prática do local nos dias das atividades, dos voluntários, das crianças e adolescentes e suas demandas.

Figura 1- Organograma do ABC do Glória



A partir disto foram repensados, pela Comissão Organizadora, a missão e objetivos principais do projeto, com tamanha mudança de organização, idealização, missão e objetivo, o projeto também teve um ganho de número de voluntários, passando de 20 para 60 pessoas, e ganho de seguidores e alcance nas redes sociais, e assim foram surgindo outras pessoas interessadas em conhecer mais sobre o projeto. Também houve a ampliação das atividades desenvolvidas, com o acréscimo de uma oficina aos sábados, sendo então duas oficinas socioeducativas por final de semana.

²No Projeto existem duas Comissões, são elas: Comissão Geral onde estão as idealizadoras do Projeto e outros membros com a função de gestão do projeto como um todo. A Comissão de Psicologia é composta por voluntários internos com vínculo como projeto e que são Psicólogos ou estão cursando o curso de Graduação em Psicologia.

Estas mudanças sempre foram feitas a partir dos feedbacks dos voluntários, oficinairos e das crianças, pois as idealizadoras da ABC do Glória sempre acreditaram que a construção deste todo deve ser realizada em conjunto, da comunidade e para comunidade, das crianças e para elas.

A nova missão do projeto se define, então, por acreditar que a transformação social se dá a partir de oportunidades, por meio das oficinas culturais como momentos e atos de encontros, trocas de experiências e ideias. Considera-se que o incentivo à leitura, a aquisição e a produção de escrita são de suma relevância para o desenvolvimento infanto-juvenil. Os meios para atingir estes objetivos propostos pelo nosso trabalho são: acolher as crianças e adolescentes em sua totalidade, por meio de oficinas socioeducativas, utilizando o lúdico, ofertando um ambiente acolhedor, interessante e convidativo para todas as faixas etárias, garantindo o ir e vir e a liberdade de escolha, além de propiciar diferentes encontros por meio de passeios e de eventos em dias comemorativos, como festa do dia das crianças, festa junina e Natal. Com isto, acabamos fazendo um vínculo de compromisso social e educacional com a comunidade do Glória.

O projeto proporciona para as crianças e adolescentes da comunidade dois dias semanais de atividades, sendo que aos sábados são realizadas duas oficinas socioculturais e, no domingo, as atividades são voltadas para a leitura e produção da escrita, trabalhadas de forma lúdica. Sempre após estas atividades, é oferecido um lanche para todas as crianças e adolescentes, já que acreditamos que a alimentação para eles é um fator importante devido aos atravessamentos pelos quais passam. De acordo com os acordos construídos, todos, mesmo que não participem das oficinas ou cheguem atrasados, têm direito ao lanche.

Além dos finais de semana, a Comissão Organizadora, se compromete em oferecer a eles passeios que têm como objetivos proporcionarem experiências que não costumam compor o cotidiano e contexto de vida da população atendida pela ABC do Glória, possibilitando novos olhares, sonhos, vivências e compreensões para além do projeto e também da realidade deles. Tais momentos são pensados a partir da demanda das crianças e adolescentes em relação a algum espaço. Como, por exemplo, o desejo de ir ao cinema, ou a curiosidade sobre assuntos como profissões. Aquilo que crianças e adolescentes expressam, vai sendo pensado depois pela Comissão Geral, para verificar quais são os recursos necessários para realizar as propostas.

Os passeios oferecidos até o ano de 2019 foram: cinema, visita ao Campus Educação Física da UFU, onde eles tiveram um dia na piscina, e ao Programa Institucional Vem pra UFU³. Em relação a este último passeio, os participantes do projeto foram levados à UFU nos dois dias de evento, possibilitando um olhar frente ao contexto de educação que é visto nas Universidades Públicas, mostrando os cursos, possibilitando o conhecimento sobre o que são e o que fazem, ampliando perspectivas de caminhos. Neste passeio, surgiram algumas questões sobre educação e direitos, que partiram de frases como: “tia, vou pedir pra minha mãe me matricular nesta escola grande”, “tia, como que faz pra entrar nesta escola?”, “essas coisas (os cursos) existem?”, “eu quero fazer robô também”, “eu quero ser professor igual aquele tio”. É claro que ouvi muito mais do que estas frases e poderia escrever todas, mas acredito que estas possam te fazer também refletir e sentir um pouco do que vivenciei com eles. No passeio ao Campus Educação Física da UFU eu ouvi “tia, hoje foi o dia mais feliz da minha vida”, essa frase ficou ressoando em mim por muitos dias, pois em alguns momentos, durante esta experiência, eu me senti no caos e imersa numa imensa preocupação com eles na piscina, porém veio esta frase que me transbordou de alegria de ver os olhos deles brilhando para algo novo.

Todas as experiências vivenciadas no projeto foram ricas, significando e resignificando conceitos e visões, acreditamos que isto é poder transformar e acreditar nas potências que cada criança e adolescente daquele projeto possuem.

Em 2019, o ABC do Glória estava no início do projeto de construção de uma sede, porém com a necessidade imediata, foi realizada uma reforma do espaço que já era ocupado, que é a biblioteca ao lado da capela Beata Helena Guerra, espaço provisório. O espaço utilizado consiste em um cômodo pequeno e com um banheiro. Há também utilização de um campo de terra que fica em frente a este espaço. Com a reforma da Igreja e o aumento de crianças e adolescentes, vimos como necessárias algumas adaptações, já que o ABC do Glória ainda não possui recursos financeiros suficientes para construção de uma sede. Na reforma que foi realizada no ano de 2019, o projeto ganhou uma tomada, uma lâmpada e um filtro de água, mudanças que foram

³ “Vem pra UFU” é uma mostra de cursos que conta com estandes que apresentam aos participantes as informações sobre cada curso oferecido pela universidade. Aberto ao público, o objetivo é que estudantes do Ensino Fundamental e Médio conheçam a estrutura e as opções de cursos superiores oferecidas pela Universidade Federal de Uberlândia.

para Comissão Organizadora, um grande ganho. Lembro do dia em que fomos visitar o resultado da obra, ver aqueles filtros de água e a luz me emocionaram. Sabia o quanto foi batalhada, por cada morador, aquela conquista e o quanto isso iria acrescentar de possibilidades naquele espaço. A reforma se tornou possível no segundo semestre de 2019, devido ao patrocínio de uma empresa de seguros da cidade de Uberlândia e outras doações externas. E, devido a estes auxílios, ampliamos recursos para as oficinas e os passeios.

O projeto conta, desde o princípio, com a contribuição de trabalho inteiramente voluntário, especialmente de estudantes da Universidade Federal de Uberlândia de diversos cursos. Para a chamada destes voluntários fazemos uma apresentação na Universidade, de forma aberta, todo início de ano, neste momento da reunião apresentamos o projeto e depois ao final dela é realizado um convite a quem quer se juntar. Porém com a evasão de voluntários nos anos de 2019 e 2020 desejamos realizar um processo seletivo a fim de formalizarmos o processo e também para identificar as afinidades, objetivos e expectativas destes voluntários. Com isto o calendário de atividades até o ano de 2019 foi baseado no calendário letivo da Universidade, implicando na interrupção das atividades nos períodos de férias. No início do ano de 2020, vimos a necessidade de planejar um calendário que começasse as atividades no início do ano, sem esta pausa, para que o impacto do projeto se ampliasse.

No ano de 2020, após o começo do isolamento social devido à pandemia do vírus COVID-19, todas as atividades presenciais foram canceladas, porém houve uma organização mensal de entrega de cestas básicas e de materiais de higiene para as famílias cadastradas no projeto. As Comissões, Geral e de Psicologia, organizaram frentes de ação, sendo a Comissão Geral responsável pelas cestas, comunicação com as famílias por grupos em redes sociais e pela ajuda para receber o auxílio emergencial. A Comissão da Psicologia ficou responsável num primeiro momento pelo grupo na rede social whatsapp com as crianças e adolescentes, não sendo possível o desenvolvimento das atividades devido a não disponibilidade de aparelhos eletrônicos e internet da maioria das crianças e adolescentes do projeto. Na segunda fase de ação da Psicologia o grupo desenvolveu um material psicopedagógico com atividades baseadas em temáticas, divididas por faixa etária: crianças, intermediários⁴

⁴O termo foi criado pela Comissão de Psicologia para conseguir abarcar as crianças mais velhas e os adolescentes mais novos, na faixa etária de 8 a 13 anos.

e adolescentes. O material foi construído de forma remota pela Comissão de Psicologia, que adotou reuniões semanais para discussão das temáticas, das ilustrações e formas de se adaptar conteúdos. Tendo como temáticas abordadas: diversidade, racismo, gordofobia, deficiências, população indígena, prevenção ao COVID-19, território, educação sexual, lgbtfobia e outros. As escolhas dos temas partiram inicialmente das demandas anteriores à pandemia para os encontros presenciais e depois fomos inserindo assuntos que estavam em discussão tanto nos nossos grupos das redes sociais, como nas mídias sociais. O conteúdo do material consistiu em explicação da temática, com atividades como histórias, músicas, poemas, desenhos para colorir, visando trabalhar de forma lúdica e acessível às crianças e adolescentes.

O ABC do Glória surgiu para mim durante o curso de Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia, a partir de um convite que li no Facebook no grupo Psicologia UFU, nele havia uma foto e um texto cativante. Não me recordo das palavras exatas, mas lembro do sentimento e pensamento de “eu preciso conhecer este lugar”. Após ler, entrei em contato com autora da postagem que era Isabella Martins, fundadora e presidente do projeto, naquele momento estudante de Psicologia. Foi marcado um encontro com as pessoas interessadas em conhecer o projeto. Havia diversas mulheres estudantes e outras já formadas. Nunca me esqueço da brincadeira que ela fez para nos aproximarmos: foi proposto contar uma história em que o nosso nome aparecesse no meio. Depois daquele encontro logo me comprometi a ir no sábado seguinte ao ABC, sem ao menos me questionar a respeito. No dia de ir, lembro de estar ansiosa e curiosa. Depois daquele dia, ao andar pela comunidade e vivenciar imensos encontros, abraços e beijos, logo pensei: “tenho que voltar”.

Após este primeiro dia, já me tornei membro da Comissão da Psicologia que, naquele momento, surgia com um gás imenso de mulheres apaixonadas pelas leituras e descobertas que fazíamos a cada sábado.

Minha trajetória no projeto então iniciou no ano de 2018, sendo que no princípio fui voluntária externa e logo, no mesmo mês, passei a ser integrante da Comissão da Psicologia. No início de 2019, fui convidada pela presidente do ABC do Glória a compor a Comissão Organizadora que tem como objetivo organizar o projeto como um todo, isto é, desde planejamento estratégico, feito sempre no início do semestre, até as ações que são realizadas a cada final de semana. Esta Comissão Organizadora tem vários grupos com diversas funções, por meio dos quais

idealizadoras e diretoras regem o projeto. Um dos grupos é o financeiro e administrativo, que cuida dos aspectos financeiros para organizar entrada e saída de dinheiro; o grupo cultura fica responsável por entrar em contato com parceiros, marketing, cuidar das redes sociais como um todo, aspectos que possibilitaram a grande força e alcance que o projeto hoje possui. O grupo de gestão de pessoas/relacionamento cuida desde os voluntários até das demandas das crianças e da busca por oficinairos, fazendo o primeiro contato, planejamento até a ação final no sábado.

Minha primeira função na Comissão Organizadora foi de gestora de pessoas, tendo como responsabilidade o contato direto com os voluntários, acompanhando a resposta dos feedbacks online que fazemos a partir do formulário de respostas do Google, organizando as ações, reuniões e funções dos voluntários, e sempre mantendo minhas tarefas de Comissão de Psicologia. No segundo semestre na Comissão Organizadora, comecei a ter outra função que era de organizar as oficinas socioculturais, construindo cartilha de apresentação, realizando contato direto com os futuros oficinairos, planejando as oficinas, captando recursos, realizando outros eventos além do sábado, como festas e passeios e, também, mantendo a organização de voluntários, juntamente com meu trabalho na Psicologia. Em diversos momentos me encontrei imersa em inúmeras atividades que ambas as comissões me demandavam. Porém, sempre me fortalecia nos encontros que ambas as comissões realizam semanalmente. As discussões, debates e estudos me faziam atentar ao olhar e obter a proporção do trabalho que cada um de nós constrói.

Ao sentir aos sábados e domingos aqueles momentos de vivências na pele, no corpo e no pensamento, a transformação chegava até mim. Comecei a compreender o sentido de justiça social que fazemos, que nega a caridade na qual às vezes o trabalho voluntário nos coloca, então mergulhei em informações de aprendizado e mudanças de conceitos, refletindo em como eu me coloco cada vez que vou ao projeto e quando penso nele.

Com o nascimento da Comissão de Psicologia em 2018, nos dedicamos mais aos estudos. Foi quando começamos a ler sobre as teorias de Paulo Freire e Vigotski que nos davam elementos para compreender aquele contexto, pensando possibilidades e com isto colhendo informações e demandas que iam surgindo neste período, aprofundando mais no campo de uma educação libertadora. A comissão tem

como objetivo introduzir a Psicologia Escolar e Social de forma crítica e ativa no projeto, chamando voluntários interessados na prática com crianças e adolescentes e também no estudo e desenvolvimento de ações de impacto social, voltadas para o cuidado político-pedagógico e social. As atividades pelas quais a Comissão da Psicologia é responsável são: realizar capacitação, reuniões e imersões com voluntários; organizar as atividades do domingo, desde o cronograma até as atividades em si; contribuir para a qualidade das relações entre voluntários e crianças/adolescentes; acompanhar o desenvolvimento e envolvimento das crianças/adolescentes com o Projeto; garantir que as oficinas sejam adequadas para o ambiente, para o objetivo do projeto e para as crianças/adolescentes e promover discussões com os voluntários sobre a prática exercida.

As capacitações de voluntários surgiram a partir do olhar que a Psicologia teve de acolher e trabalhar questões que emergiram na prática. Consistem em reuniões mensais, realizadas pela Comissão de Psicologia, buscando ampliar, trabalhar, construir e reconstruir as visões que as pessoas que trabalham no ABC do Glória possuem do projeto, das atividades desenvolvidas e das crianças/adolescentes que delas participam.

Alguns temas já trabalhados nestas capacitações são: Importância do brincar; Acolhimento, Preconceito, Vulnerabilidade Social; Trabalho Voluntário, Organização, Planejamento, Acordos do ABCentavo.

A Gestão da Moeda Social, que se dá a partir do ABCentavo, surgiu com o objetivo de possibilitar experiências referentes às questões econômicas, de mercado e do trabalho. Desde o início eles estavam presentes, nas discussões e na finalização de todos os acordos em relação a como funcionaria a iniciativa. Após a finalização dos combinados, tivemos um dia para confecção de uma placa como todos os acordos coletivos. Todos ajudaram escrevê-la e esta fica até hoje no ABC dentro da sede, na parede principal, para que sempre possamos nos lembrar. Os acordos para o recebimento da moeda são: leitura, ajudar o coleguinha, limpeza e organização do espaço, presença e "participação" (colocamos entre aspas, pois acreditamos que se a criança e o adolescente estiverem no espaço ele já está participando e contribuindo, mas é claro que sempre reforçamos para eles a importância das oficinas do dia). A troca da moeda é sempre realizada em duas festas, a Festa Junina e no Natal, por brinquedos, livros e roupas, em uma espécie de loja do ABC.

Nas capacitações, notei a abertura que era dada aos voluntários para contribuir, mostrando suas posições e opiniões, além dos feedbacks. Era um importante momento de aproximação que contribuía para enfrentar uma questão apontada pelos voluntários: o distanciamento entre as comissões e os voluntários do projeto. As capacitações além de serem momentos leves que proporcionavam vivências do brincar, de movimentar o corpo tinham o caráter de ser um espaço onde podíamos trabalhar nossas questões, assim reconstruindo olhares para que estivéssemos completos no ABC. A Psicologia, neste local, com esta proposta, me possibilitou superar a visão quadrada de psicologia como prática, ampliando possibilidades, abrangendo brincadeiras e arte, formas de atuação.

O semestre de 2018 foi basicamente uma busca ativa de informações e análise do contexto no qual iríamos atuar. A experiência, inédita para mim, de estar lá todos os sábados e domingos, pensando e vivenciando na prática a atuação do Psicólogo Escolar numa perspectiva crítica, e assim entendendo e compreendendo os potenciais tanto do contexto como das crianças e dos adolescentes que estavam presentes, foi o despertar de uma outra maneira de enxergar a Psicologia.

A proposta inicial da Comissão de Psicologia no Projeto, desde o primeiro semestre de 2018, após compreender a necessidade e demandas, foi organização dos voluntários, que foi construída de acordo com as demandas vindas dos feedbacks online (devolutivas que os voluntários enviam acerca de como foram as atividades do dia em que estiveram lá), onde demandaram uma organização mais pontual em relação a eles, já que eles apenas circulavam no espaço de acordo com o que era proposto. Os voluntários a partir desta mudança são divididos de acordo com as seguintes funções: futebol (voluntários vão apoiar os jovens no futebol, 01 voluntário), volantes (“faz tudo”, mas principalmente ficam de olho nas crianças que saem das oficinas e buscam entender o motivo da saída/desânimo, sendo estes voluntários a maioria da Comissão Organizadora; 05 voluntários), ajudante de oficinairo (voluntários que vão ajudar os oficinairos com a atividade proposta; 03 voluntários), contador de história (vão cativar as crianças que estão na sede e contar histórias; 01 voluntário) e controle de presença (dos oficinairos, voluntários, crianças e livros. 02 voluntários).

Com esta mudança de organização dos voluntários, a Psicologia viu a necessidade de estabelecer conversas com aqueles que são donos do espaço, as crianças e os adolescentes, a conversa teve como pauta a criação de acordos para o Projeto.

Deixando claras tarefas, acordos para o uso do espaço e a relações entre eles, a partir disto a Moeda Social (ABCentavo) tem como guia os acordos para sua distribuição. A emancipação e o poder do acordo da moeda social foram incríveis no decorrer de todo o seu processo. Nosso receio ao perpassar por uma ideia de regras era imenso, porém a construção destes acordos foi leve e discutida com todos, como nossa proposta inicial. A palavra acordo pra mim, desde então, possui um significado importante, pois a partir deste dia notei o quanto a fala e o discurso deles são importantes para cada decisão feita no projeto, pois ele é deles não nossa.

No ano de 2019, a Comissão de Psicologia começou a expandir. Primeiramente, em termos de membros e, depois, no que tange às funções. Passamos, então, a ter como responsabilidade fazer capacitações de voluntários e planejar os domingos. A realização de atividades aos domingos entrou como proposta da Comissão Geral, visando ampliação do projeto e também maior inserção e disponibilização das atividades que envolvem leitura e arte. Comecei a fazer parte como membro da Comissão Organizadora no ano de 2019, sendo esta responsável pela organização e gerenciamento do projeto, tendo como responsabilidade a função gestão de pessoas para a relação comissão e voluntários externos. Foi uma experiência diferente para mim, mas acabei sendo demandada para outras áreas como organização semanal de oficinas, resolução e triagem de demandas. No começo me senti desafiada por ser algo completamente inédito, por antes estar apenas na Comissão de Psicologia, a responsabilidade de estar à frente do projeto que tem meu coração teve de início e ainda tem grande peso. E assim pude vivenciar por completo o ABC. A minha função ao longo do andamento do semestre foi mudando de acordo com as demandas que foram surgindo e também por uma defasagem de pessoas e atribuições.

No segundo semestre de 2019, minha função na Comissão Organizadora foi remanejada a gestão de pessoas e passei a ficar responsável pela organização das oficinas como um todo, isto foi uma mudança para mim, me proporcionando contatos com uma rede maior de pessoas, além dos voluntários, também passei a atuar com o público externo, pessoas que na maioria das vezes não possuía conhecimento do contexto do projeto. Este foi um desafio, juntamente com os entraves de lidar com os oficinairos que vinham com discursos baseados nos vieses de caridade e preconceitos ligados a desigualdade social e outros. Apresentar o ABC para as pessoas que viriam fazer oficinas e ser convidativa me demandou muito, pois ao mesmo tempo em que eu

tinha que ser dinâmica eu deveria ser objetiva e cuidadosa. O cuidado perpassava muito minha função, pois tinha que explicar como uma oficina deve ser adequada àquele contexto e às necessidades daquele público. Além disso, me preocupava em mostrar o quanto nós, da Comissão Organizadora, temos carinho e atenção a cada detalhe do projeto. Consideramos que o contexto deles é diferente da realidade de diversas crianças e adolescentes e isto não pode ser um mero fato, e sim o ponto mais forte para construir o todo da oficina, tendo como objetivo transformação social e a emancipação. O aprendizado da comunicação com pessoas foi meu maior ganho nesta tarefa. Cada dia se tornou um desafio diferente, pois fui entendendo melhor como devemos comunicar com as pessoas sobre a relevância, a potência, o alcance e o objetivo do projeto para as crianças e adolescentes.

No final de 2019, as fundadoras do ABC do Glória, juntamente com a Comissão Geral, após anos com a ideia e a necessidade de termos um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), entramos com os papéis na Prefeitura Municipal de Uberlândia para virar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSC) e com isso ocorreu também a nossa desvinculação do CVU, tanto em relação à parceria física, como financeira. O CVU foi imensamente importante para mim, que passei por ele como voluntária, e para a história do ABC. Este processo de desvinculação foi necessário para que o projeto se transformasse em OSC. A escolha de ser uma OSC se deu para termos mais facilidades em editais de patrocínios de projetos. E, com esta organização, foi necessário estabelecer cargos, no caso sete cargos. São eles: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, fiscais, com a contribuição de membros fundadores que não assumem cargos, constam apenas como auxiliares da OSC. Eu, como participante da Comissão Geral, escolhi não assumir cargos, e assinei o documento como membro fundador. Estou imensamente feliz por este processo de documentação ocorrer, pois é um passo grande para o projeto e para as crianças e adolescentes. A documentação ficou muito tempo em processo de análise pela Prefeitura sendo aceita apenas em Setembro de 2020.

Estamos crescendo, e com esta mudança o calendário de atividades no ABC referente ao ano de 2020 começou a funcionar sem vinculação com o calendário acadêmico da UFU, iniciando as atividades em Janeiro. Com isto, passamos a ter como desafio o planejamento de oficinas e também o desejo de concretizar o contra turno no ABC, sonho antigo que passou a ser uma realidade possível. No início do ano

de 2020, pedi o meu desligamento da Comissão Geral devido a questões pessoais e também profissionais, em decorrência do término do meu curso de graduação. Minha saída foi apenas desta Comissão Geral, assim segui como voluntária externa e membro da Comissão de Psicologia, mantendo meu vínculo com o projeto. No mês de Março de 2020, como dito anteriormente, devido à pandemia de COVID-19, as atividades do projeto tomaram outras proporções, não tendo atividades presenciais, apenas as entregas de cestas e materiais psicopedagógicos.

Em Setembro, retornei presencialmente ao projeto, na entrega de materiais. Senti meu coração tomado de vontade de estar frente junto com a Comissão Geral novamente. Pedi para voltar ao que faz meu coração bater mais forte. Desta vez, entrei em outra área, assumindo a parte dos relacionamentos com voluntários e crianças e adolescentes do ABC.

Pela minha trajetória notei no campo de atuação da Psicologia Escolar vários impasses. Como estudante de Psicologia não possuía o aprofundamento teórico necessário, não conseguindo articular a teoria com a prática que fazíamos e nem com as possíveis ações frente ao contexto do projeto. Quando nós, da Comissão de Psicologia, somos inseridos em um contexto nossas tarefas e objetivos são de construir uma atuação da psicologia naquele espaço. Porém, em alguns momentos, havia pedidos da Comissão Geral para que nós apresentássemos nossos resultados de forma quantitativa. Os desafios enfrentados por nós da Psicologia sempre foi o de conquistar o reconhecimento de nossas falas e ações naquele espaço, foi um duro processo para nós. Primeiramente, precisamos explicar as funções da Psicologia e depois termos reconhecimento sobre isto. Desde o princípio, soube que as tarefas da Psicologia exigiram desafios intensos e debates árduos, porém após todo esse processo vejo a potência do grupo da Comissão de Psicologia de se embasar teoricamente, construindo práticas e conquistando mais o nosso espaço.

Na Comissão da Psicologia temos como teóricos base Paulo Freire e Vigotski. Autores que nos fornecem recursos teóricos e nos possibilitam questionamentos, nos guiando em direção a uma educação libertadora, que busca olhar para os participantes do projeto de forma ampla, considerando o seu contexto social. Zanella, Patto e outros autores que dialogam sobre a atuação da Psicologia em contextos como ABC são nossa fonte de informação para as formações que desejamos fazer sobre a função da Psicologia em contextos como este de vulnerabilidade social.

Os avanços da Comissão da Psicologia em seu trabalho, embasado na Psicologia Escolar Crítica, no ABC no segundo semestre de 2019, são: estar mais presente no cronograma e na construção do projeto em si, de forma questionadora e crítica, já que passamos a ser responsáveis pelos voluntários e suas funções, participando da organização de tarefas e funções feitas no espaço. O maior avanço são as capacitações com temas focados, atividade na qual a Comissão fica responsável por toda organização e realização, possibilitando a Psicologia Escolar crítica embasaraquele espaço de diálogo mais aprofundado. Um exemplo foi quando abordamos o tema da comunicação não violenta, que foi proposto por nós da psicologia ao notar nos voluntários a reprodução desta comunicação. Havia, ainda, demandas de como lidar com brigas e discussões entre as crianças. Comunicação não violenta consiste em processo que busca capacidade de inspirar ação compassiva e solidária, que possibilita mudanças estruturais no modo de encarar e organizar as relações humanas e nas questões de responsabilidade, diminuindo a chance de agressões ou dinâmicas opressoras.

A demanda para se fazer a capacitação sobre comunicação violenta surgiu em uma reunião da Comissão de Psicologia, quando fomos relatando situações que presenciamos dos voluntários e até que nós mesmos vivemos nas atividades. Com isto, a presidente apresentou melhor o tema e pensamos propostas de atividades na capacitação que fizessem sentido para se debater sobre a temática. Desde o início, ao pensar sobre o tema, nos preocupamos como ser críticas às atitudes violentas, mas acolhendo a realidade dos voluntários que estão imersos em um cultura, na qual não se discute formas de violência. Buscamos sempre valorizar os recursos que estes voluntários possuem para estarem de uma forma mais acolhedora com as crianças e adolescentes.

Abordar tal temática exigiu, primeiramente, muito estudo da comissão, contando com encontros semanais para debate e construções. E, posteriormente, pensamos, a partir disto, como levar o tema aos voluntários de forma dinâmica não apresentando somente a teoria por meio de slides, mas de forma concreta, vivencial e que fizesse com que refletissem sobre o modo como enxergam aquelas crianças e como eles são agentes importantes naquele espaço. O tema de comunicação não violenta foi extremamente mobilizador, desde o pensar e estudar da Comissão de Psicologia, até o dia de compartilhar todo esse conhecimento com voluntários.

Queríamos que fosse, não apenas uma aula, mas mostrar como esta comunicação além de atravessar de forma negativa a vida daquelas crianças, está enraizado de diversas formas nas relações que estabelecemos.

Os desafios da Comissão de Psicologia no Projeto ABC do Glória consistiram em um trabalho mais intenso e efetivo com os voluntários no segundo semestre de 2019, pois este grupo realizou o processo seletivo para novos voluntários. Além disso, também foi trabalhada com eles a permanência e participação integrada com o projeto, já que, no decorrer do semestre anterior, notamos um alto índice de evasão de voluntários que declaravam não saber conciliar as atividades acadêmicas com as do ABC. Outro ponto abordado foi referente às demandas de como lidar com brigas e discussões entre as crianças, incluindo a comunicação não violenta.

As discussões sempre são temas que aparecem em feedbacks e capacitações, pois vimos na prática que o lidar com conflitos requer um manejo e cuidado, já que algumas brigas envolvem questões físicas. Em uma das capacitações fizemos um teatro para vivenciar estes momentos. Os voluntários foram colocados tanto no papel de criança como de mediadores. A experiência proporcionou trabalhar este manejo e formas de comunicação, nestes momentos que são temidos por diversos voluntários, valorizando os recursos que cada um possui. Outra demanda foi melhorar as oficinas sobre leitura oferecidas nos domingos, tendo como objetivo focar nos temas que as crianças e os adolescentes trazem e, também, trabalhar a alfabetização de um modo lúdico.

A Psicologia enfrenta diversos desafios desde o seu surgimento, porém quando se fala em Psicologia inserida na Educação Popular no Brasil ainda precisamos de mais estudos e aprofundamentos para uma melhor atuação do psicólogo. Com isto, este ensaio tem como objetivo analisar a construção de uma atuação em Psicologia Escolar e Educação Popular no contexto de organizações não governamentais, a partir da minha experiência no Projeto ABC do Glória. Discutindo o compromisso social e político dessa atuação da psicologia, junto à educação popular na vigente conjuntura. E buscando destrinchar tópicos que atravessaram e atravessam o projeto ABC do Glória, como a Psicologia Escolar, construção de organizações não governamentais no Brasil, educação popular e compromisso social e político com a população que vive na desigualdade. O caminho deste ensaio apenas se inicia aqui, desejo a você, leitor, que

embarque na minha jornada de resistência, força, amor e carinho que percorro até hoje,
boa viagem!

2. Estação 1: “O que é Psicologia, tia?”

A pergunta “O que é Psicologia, tia⁵?” me foi feita poucas semanas após entrar no ABC do Glória. No campinho, organizamos uma feira de profissões a partir da diversidade de graduações cursadas pelos voluntários do projeto. Foi preparada uma mesa e exposto algo relacionado a cada profissão. Lembro-me que eu e minha companheira do dia, Yasmim⁶, nos questionamos por uma semana como apresentar a Psicologia para as crianças e adolescentes. Por fim, preparamos brincadeiras de roda e fizemos um cartaz escrito Psicologia todo enfeitado com desenhos e letras coloridas, com nossos nomes Tia Érika e Tia Yasmim. Nossa ideia principal era conversar, ver o que eles sabiam se já conheciam algum psicólogo, como foi essa experiência. A maioria não tinha tido muito contato com a profissão como um todo.

O resultado do dia foi que muitos deles questionaram se nós éramos médicas, ou se estudávamos a cabeça. Depois de tantas perguntas sobre o que é que nós estudamos, saí do projeto aquele dia pensativa a respeito de como iríamos apresentar a Psicologia e a Psicologia Escolar para aquelas crianças e adolescentes, já que agora a Comissão de Psicologia teria um espaço de atuação ali.

Como membro da Comissão de Psicologia, estes embates sobre qual papel da Psicologia no projeto nos fizeram refletir sobre a posição em que é colocada a profissão de Psicologia diante da sociedade, sua forma de atuação, e também o que pretendíamos no encontro com aquelas crianças e adolescentes.

Para se discutir como a Psicologia e a Psicologia Escolar se desenvolveram e como elas se configuram hoje, temos que nos lembrar do seu percurso histórico e social no Brasil. De acordo com Campo & Jucá (2006), “a psicologia desenvolveu-se

⁵O termo “tia” está presente desde o surgimento do ABC. Após nos depararmos com a discussão que Paulo Freire propõe sobre o uso do termo tia para profissionais da educação, denunciando o quanto tal denominação despolitiza e desprofissionaliza a atuação, entramos em debate para vermos as possibilidades frente a isto. Assumimos continuar com o termo, por considerarmos o valor afetivo que assume nas relações num contexto de educação informal, onde não há nenhum espaço de educação formal e fazer dele uma desconstrução diária a partir de debates entre as comissões, e capacitações com os voluntários e também ações com as crianças e adolescentes.

⁶ Yasmim é estudante do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Ela entrou junto comigo no ano de 2018 na Comissão de Psicologia e na Comissão Geral, sempre trabalhamos juntas. Desde o início fizemos os mesmos percursos no projeto.

no Brasil principalmente para atender problemas da educação, sobretudo a formação de professores", mas não como área específica de atuação em Psicologia Escolar.

Para Antunes (2008), a Psicologia Escolar em seu início no Brasil, adotou um caráter clínico e terapêutico que pautou as intervenções realizadas, além de receber forte influência da medicina, com o saber médico. A atuação do psicólogo escolar junto aos contextos educacionais teve como seu maior enfoque as avaliações psicométricas, focando em uma prática que selecionava quem pode ou não estar na escola, tornando-se um saber científico comprometido com a separação dos considerados educáveis dos tidos como não educáveis. Isto ocorreu principalmente em relação a pessoas com deficiência e outros diagnósticos, que eram encaminhadas para outros serviços, sendo excluídas da escola regular.

De acordo com Bock (1997), quando pensamos em Psicologia e Psicologia Escolar temos como discussão a necessidade de uma formação em Psicologia colada à realidade social brasileira, que, ao ensinar as teorias e saberes acumulados, é capaz de falar da realidade vivida pela população brasileira.

Acredito que pensadores como estes, que revisam as questões históricas e o papel da Psicologia em relação ao contexto social, são importantes para o pensamento crítico e comprometimento socialmente, na busca por uma educação efetiva. Algo, extremamente pertinente quando pensamos em contextos e espaços como aquele em que o ABC do Glória está inserido.

De acordo com Marinho-Araújo & Almeida (2005), por volta dos anos de 1970 se caracterizou no âmbito da educação, pela promulgação da lei nº 5.692/71, a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita do sistema educacional, trazendo mudanças significativas ao contexto escolar. Com esta mudança, cresceram os desafios para se garantir escola a todas as crianças. A partir de então os contextos escolares brasileiros enfrentam diversos problemas como falta de vagas ou escolas superlotadas. Algo que podemos identificar até hoje na trajetória de crianças e adolescentes do bairro Ellison Pietro (antigo assentamento Glória), que não possuem escola em seu bairro e migram para outras, tendo como aumento o número excessivamente de alunos nas escolas e também a falta de vagas.

A precariedade educacional se coadunou com a forte influência da Medicina e a consolidação de uma atuação clínica no trabalho do psicólogo escolar junto aos contextos educacionais, nos quais se privilegiava o enfoque psicométrico por meio da

avaliação escolar, da organização de classes para alunos considerados “fora do padrão” desejado, dos diagnósticos e dos encaminhamentos para serviços especializados. A atual discrepância de concepções acerca do papel da Psicologia Escolar se deve ao percurso da Psicologia como teoria e atuação desde seu surgimento até os dias atuais. Tais formas de conceber a atuação não se restringiram ao espaço da escola, mas migraram também para âmbitos não formais.

A autora Maria Helena Patto (1981) importante para a construção da Psicologia Escolar crítica no Brasil destaca a constituição social e histórica dos fenômenos escolares e explicita a complexidade de fatores implicados no processo educacional, como elementos sociais, históricos, institucionais, políticos e ideológicos. Para ela, a construção do pensamento crítico envolve a investigação das raízes dos fenômenos estudados, em oposição à sua naturalização. Ela retoma em 1998 que é impossível a formação intelectual dos psicólogos sem prepará-los, em nível de graduação, para repensar e refletir de forma crítica sobre os problemas éticos e epistemológicos que atravessam a psicologia.

Patto (2012) traz uma contundente crítica, ao denunciar que a psicologia brasileira, que nasce pautada em manuais e que não se propõem a uma atuação política e crítica. Com isto, a autora problematiza a formação privatizada, antiética e sem nenhum embasamento teórico.

Frente aos inúmeros desafios, a Psicologia e a Psicologia Escolar vão construindo modos de atuação compatíveis com uma perspectiva crítica, seguindo princípios éticos e políticos estabelecidos em seu código de ética e resoluções, instituídas pelo Conselho Federal de Psicologia. Alguns itens que são retratados como deveres do Psicólogo nestes princípios, são importantes se (re) lembrar para que se tenha clareza dos compromissos éticos e políticos da Psicologia e Psicologia Escolar na e para sociedade, no projeto ABC e neste ensaio.

Sendo os três primeiros princípios fundamentais que estão no Código de Ética⁷:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer

⁷Disponível em:
http://www.crsp.org.br/portal/orientacao/codigo/fr_codigo_etica_new.aspx

formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

De acordo com a Resolução nº6 de 29 de Março de 2019, o psicólogo tem como dever ter uma atuação transformadora e significativa na e para a sociedade, sempre valorizando a promoção e respeito aos direitos humanos, valorização da autonomia, de uma participação na sociedade sem discriminação, assim garantindo qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e das coletividades, sempre respeitando a diversidade. Em relação à educação, esta resolução embasa-se na premissa de que todo indivíduo tem direito a receber educação sendo ela gratuita e orientada com o sentido de desenvolver a personalidade humana e fortalecer o respeito à liberdade e aos direitos humanos.

A partir do documento Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica publicado em 2019, que tem como objetivo estabelecer referenciais de atuação em Psicologia, a educação é concebida como direito fundamental do indivíduo, devendo ser crítica e pautada na diversidade humana, além de protagonista no enfrentamento a preconceitos, racismos, pobreza e distribuição desigual de renda. Neste documento é discutida a relevância da Psicologia em diversos contextos, se responsabilizando como ciência e teoria para a construção de conhecimento científico crítico, mantendo uma relação indissociável entre teoria e prática e se comprometendo e se responsabilizando, social e politicamente, com a democratização da sociedade, visando responder a questões que afetam diretamente a vida das pessoas: exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, dentre outras. Isto é, vale sempre lembrar que o psicólogo em qualquer espaço de trabalho no qual esteja inserido deve comprometer-se com todos estes itens acima para que, com base em tais princípios éticos e políticos, possamos discutir sobre uma prática em Psicologia Escolar e Educacional.

A Psicologia Escolar e Educacional, tal como apresentada em Maia (2017) almeja um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação, no sentido de conquistar uma educação de qualidade para todos, que valorize e constitua relações democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida dos indivíduos, que lute por políticas públicas que possibilitem

o desenvolvimento de todos, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social. E também é proposto respeitar a dimensão da produção da subjetividade, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico e assistencial, valorizando e potencializando a construção de saberes nos diferentes espaços educacionais, considerando a diversidade cultural das instituições.

No ABC do Glória ainda enfrentamos grandes desafios para nos afastarmos de um modelo assistencialista e tradicional de atuação. As Comissões Geral e de Psicologia se juntaram ao notar que estes dilemas em relação à concepção de trabalho que deveríamos adotar no local estava vinculada às questões históricas que abordamos anteriormente. Construir uma atuação em Psicologia compatível com as discussões mais recentes na área vem requerendo a realização de capacitações que discutam os aspectos ideológicos deste movimento. Elas se iniciaram a partir das demandas que escutamos, lemos e notamos ao decorrer do projeto.

Esta perspectiva assistencialista, de acordo com Patto (1992), vem de uma representação pejorativa sobre os pobres, vinda de um lugar social da classe dominante. Tal forma de compreensão, defendida por algumas abordagens psicológicas, é pautada na teoria da carência cultural, que enumera os diversos déficits que as famílias pobres possuem. A autora, assim como nós do ABC, vê isto como uma patologização generalizada das crianças pobres, submetendo estas crianças e adolescentes a práticas humilhantes, induzindo a uma concepção simples do aparato psíquico desta população, considerado menos complexo.

Uma cena marcante que retrata contextos ligados ao assistencialismo e à patologização, ocorreu no ano de 2019, quando um grupo de lutadores de muaythai se disponibilizou ir ao ABC para fazer uma oficina de corpo e práticas desta luta. O grupo de luta chegou ao espaço querendo selecionar crianças que estavam, segundo a concepção deles, aptas a fazer a atividade. Ao serem questionados sobre os critérios utilizados, eles reproduzem falas como “porque eles estão descalços?” “eles não tem tênis? vou trazer para eles”. Durante toda a oficina o grupo de luta retrata falas marcantes em relação aos corpos daquelas crianças e adolescentes, como: “as crianças precisam de banho”, “elas precisam lavar as mãos para comer, não?”, “quero levar essa criança para minha casa e cuidar”, “acho que ele não vai dar conta”.

Frases como estas ou de conteúdo parecido sempre foram presentes desde início do projeto, a maioria de forma velada ou com o discurso assistencialista de “eu só quero fazer o bem”. O trabalho da Comissão de Psicologia foi desde a escuta total dessas palavras, compreensão delas e depois um estudo sobre o que são estes conceitos. Após isto, levamos nossas preocupações à Comissão Geral onde se iniciou o debate e foi visto que isto também é reproduzido pelos voluntários. A partir de então decidimos fazer uma capacitação introduzindo conceitos, cenas e a propostas do ABC.

Para o autor Martín-Baró (1998), o psicólogo social, antes de qualquer prática comunitária, precisa definir sua posição política e fazer uma opção histórica: ou atua de modo a reproduzir as estruturas sociais ou adota uma postura de resistência e contestação frente à situação de opressão das sociedades. Com isto o projeto assume a postura de resistência frente ao assistencialismo, atuando frente às potencialidades da comunidade, tendo como maior fonte de informações, ações e apoio a Comissão de Psicologia, que oferece suporte teórico e de capacitações.

O profissional de Psicologia que atua com práticas de caráter educativo tem como compromisso obter sempre conhecimentos técnico-científicos da Psicologia e da Educação, em sua dimensão ética, para sustentar sua atuação potencializadora juntamente com a resistência e posicionamentos políticos. Como defende Martín-Baró (1998), mais importante do que a natureza da atividade do psicólogo, é o caráter político de sua ação profissional.

Não podemos negar os atravessamentos políticos do território do projeto que aparecem desde o surgimento da comunidade Glória com o MSTB, até sua legalização como bairro, com isto a atuação da Psicologia deve se atentar à dimensão política que é colada com a comunidade e suas questões. A dimensão política aparece nas falas e posicionamentos tanto das crianças, quanto de seus pais e responsáveis. As questões políticas sempre foram presentes no projeto. Lembro-me de um domingo do ano de 2018, época de eleição, em que chegamos e o campinho estava cheio de tendas e bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT) e descobrimos que iria ter um comício do Governador do Estado de Minas Gerais, na época Fernando Pimentel, em campanha para sua reeleição.

O que mais me marcou aquele dia foram as falas marcantes e políticas das crianças e adolescentes, alguns estavam todos cheios de adesivos e blusas do partido e outros estavam apenas observando. As falas foram: “tia, temos que votar em quem luta

por moradia” e “eles vão prometer mais coisas”. Crianças e adolescentes atravessados pelo seu território, nascido por um movimento social. Naquele dia notei que eles sabem o que é política, pois alguns deles vivem na luta dos pais por moradia e direitos, trajetórias marcadas por um Estado ausente. Eles sabem como é a “política brasileira” atravessada de mentiras, propostas e lutas. Lutas que eles e suas famílias têm diariamente.

Conforme o que é proposto no documento Referências Técnicas para atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica do CFP, citado anteriormente, é necessário que a Psicologia se proponha a desenvolver uma atuação significativa e transformadora. Compreendemos que o Projeto ABC do Glória, juntamente com as reflexões e movimento das ações feitas pela Comissão de Psicologia, se tornam importantes naquele local como atuantes de promoção de educação, assim promovendo direitos humanos a uma população que é negligenciada pelo Estado, e contribuindo para a autonomia dos sujeitos. Tendo como ponto de partida a superação dos processos de exclusão que atravessam as crianças e adolescentes que vivem em um contexto social de vulnerabilidade; destacando a importância de que, sejam vistas como sendo somente isto.

De acordo com Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi (2007), os sentidos produzidos sobre vulnerabilidade social apontam a marcadores identitários que inscrevem as crianças e adolescente como população considerada vulnerável (pobre, negro, morador da vila, etc.). Quando estas marcas identitárias se tornam para a sociedade como os únicos olhares a partir dos quais estas crianças e jovens passam a ser reconhecidos, pode ocorrer uma limitação delas frente a outras marcas. Com isto, o ABC a partir das oficinas, tem como objetivo ampliar os olhares deles sobre eles mesmos, potencializar os recursos que estas crianças e jovens possuem, buscando autonomia e transformação. Podemos citar dois exemplos de práticas pautadas por tal propósito: a feira de profissões citada no início desta estação e outros eventos, como a FLIABC (Feira Literária do ABC) que se desenvolveu por seis meses para as crianças e adolescentes do ABC, que foi o projeto de escrita a partir de poemas autorais para um livro que reuniu as produções, tendo como enredo assuntos políticos envolvendo o que um presidente deve fazer e outros temas.

De acordo com Freire (1981, p.g 72) “o educador não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa é educado, em diálogo com o educando que, ao ser

educado, também educa.”, esta frase me faz refletir sobre meus aprendizados no ABC que passam pela política evão até como fazer e soltar pipa. A Psicologia e a Psicologia Escolar se fazem presentes no projeto no processo de educação e no meu aprendizado da Psicologia. Como ao início desta estação, a pergunta da criança chega até mim também, o que é psicologia pra mim? E pro ABC? E reflito como aprendi com aquelas crianças mais do que ensinei.

Antes havia uma dúvida: será que estamos fazendo Psicologia neste espaço? Hoje, vejo que sim e esta ampliação de olhar foi possível a partir da formação da Comissão de Psicologia cada vez mais potente, presente e posicionada no projeto, vejo o quanto estamos potencializando aos poucos uma educação popular diferente. Diferente, pois ela foi feita para o ABC do Glória. Com isso fecho esta estação com uma frase de Paulo Freire que me marcou ao ler:

a educação problematizadora se faz, assim, num esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e quem se acham. (Freire, 1981, p. 75).

3. Estação 2: “O que vai ter de oficina, tia?”

Quando penso nas oficinas que desenvolvemos no ABC me lembro de Educação Popular e também da Psicologia Histórico-Cultural, referenciais que tomamos como base teórica. Ouvimos a frase usada para dar título a esta estação todos os finais de semana em que desenvolvemos ações no ABC do Glória: “o que vai ter de oficina, tia?”. Enquanto as crianças esperam para marcar presença com o voluntário da porta, vamos conversando com elas, e logo querem saber o que vai ter, quem virá. “É com tinta”, “Vai ser no campinho?”

Todas estas perguntas são feitas com entusiasmo e curiosidade. Como os deixamos livres para escolher qual atividade desenvolverão, pedimos para eles irem pensando no que querem fazer. Quando envolve música é um sucesso! “Vai ter funk, tia?” ou “Hoje vamos dançar?”. Mantemos sempre o corredor lúdico⁸ e o futebol como atividades fixas, consideradas oficinas oficiais por nós. Além destas, sempre procuramos levar mais duas pautadas no lúdico, social, corpo e arte.

O brilho nos olhos deles ao verem a oficina de capoeira é de arrepiar, a música faz o coração acelerar e os meus olhos brilham de emoção e lágrimas. Desde o meu primeiro dia no projeto, ela estava presente e ainda se faz, vejo o quanto atividades que envolvem a arte e corpo são potentes para a transformação deles. Eles pulam, dão cambalhotas e saltos, corpos livres e cheios de autonomia e gingado.

Para compreender qual é a concepção de educação popular que inspira a Comissão de Psicologia é necessário se falar de Paulo Reglus Neves Freire.

Paulo Freire, como ficou conhecido pelo mundo. Um homem pernambucano, educador, filósofo e escritor. No ano de 2012, foi declarado pela presidente Dilma Rousseff como patrono da educação brasileira. Durante a ditadura militar foi preso e

⁸O corredor lúdico consiste em um espaço que resolvemos criar devido, primeiramente, ao pequeno espaço da sede onde tem que ocorrer uma oficina. Como temos um corredor, do lado da Igreja, que é bem longo, pensamos naquele local para a criação deste espaço, no qual as crianças e adolescentes possam brincar com os brinquedos que temos e circular com eles. Após a ideia, fizemos campanhas de arrecadação de diversos brinquedos, livros e gibis, colocamos em caixas que sempre são organizadas pelo voluntário responsável pelo corredor naquele dia.

ficou em exílio de 16 anos fora do Brasil, isto ocorreu quando ele começou idealizar sobre educação popular e a realizar iniciativas de conscientização política em prol da emancipação social, política e cultural. Foi secretário de Educação na cidade de São Paulo onde se juntou aos movimentos sociais. Em 2018, no ano de eleição presidencial, se intensificou um movimento contra Freire. O programa de governo apresentado pelo ainda candidato à presidência Jair Bolsonaro alegava que para a melhoria da educação brasileira, seria necessário expurgar a ideologia de Paulo Freire das escolas, como ainda consta no site do Tribunal Superior Eleitoral⁹.

Na comunidade do Glória, Paulo Freire é uma figura presente, incorporada em suas ações e formas de estar no território. Lembro-me de estar andando e me deparar com “Mercearia Paulo Freire”, naquele momento percebi o quanto eles já buscavam a autonomia e força no mesmo teórico que a gente. Para se falar de ABC nos tempos atuais, é necessário se pensar no contexto político que enfrentamos desde 2018. Como Freire (1992) disse, a educação é um ato político, visando à consciência crítica e transformadora. Quando nós, Comissão de Psicologia, precisamos pensar sobre a nossa atuação, usamos a teoria de Freire como base, por isto ele se torna nossa maior referência.

Para Freire (2007), a educação popular é aquela que atua de forma a não separar do ensino e dos conteúdos trabalhados a realidade daqueles que aprendem, estimulando a presença das classes populares na luta para transformar a sociedade de forma democrática, diminuindo as diferenças de classe, as injustiças sociais.

Conforme explicita Beisiegel (1982), no início e construção da educação popular nos períodos de 1940 a 1950, percebemos que não se tratava de algo realmente direcionado e criado para e com as classes sociais mais baixas. Mas, era caracterizada pelo desejo da elite de capacitar as classes mais pobres para os trabalhos que vinham surgindo no setor industrial, além de promover um controle social para esta elite, que determinava o que deveria ser estudado e quem poderia ter acesso a esta educação. Diante disto, percebemos o quanto a existência da educação popular é anterior ao movimento de integração e resistência política das classes populares, servindo em um primeiro momento como ferramenta de controle da elite social e só posteriormente sendo reformulada como instrumento de luta contra a desigualdade social.

⁹ Disponível em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>.

Como descreve Gadotti (2011), por volta de 1987, no lançamento da 17ª edição de *Pedagogia do Oprimido*, surge então uma quebra do modelo vigente de educação popular e surge uma ressignificação da concepção e do discurso operado por aqueles que a defendem. De acordo com Freire (1987), autor apoiado em bases teóricas e filosóficas diferentes das que eram utilizadas anteriormente e que escreve no ápice dos movimentos sociais e populares, a conscientização e libertação passam a girar em torno daqueles que mais sofrem nos moldes da sociedade, isto proporciona uma transformação do conceito de funcionamento da sociedade, potencializando a visão de um futuro diferente para aqueles que são oprimidos, buscando fazer com que tenham forças para resistir e promover mudanças em sua realidade.

Freire (1975) atribui à alfabetização em um papel fundamental na educação popular, mas não seguindo um modelo mecânico de apenas aprender a decodificar, mas também passando por um processo de superação do desconhecimento democrático e social como um todo, buscando oportunizar formas de conhecimento e ressignificação da realidade em que estes sujeitos estão inseridos. Paulo Freire denuncia que apenas a alfabetização das classes mais baixas não é bastante para levá-los à inserção social. Diante disto, podemos pensar como a educação popular vai além dos modelos tradicionais de educação, saindo da ideia de que apenas a inserção dos sujeitos nas escolas e o aprendizado de conteúdos básicos seriam suficientes para possibilitar mudanças no contexto precário em que vivem. Faz-se necessário superar modos de conceber a educação como um processo que se abstém de um estudo aprofundado de como estão vivendo os aprendizes, que não inclui suas vivências como indivíduos no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Partir das dimensões concretas de vida cria possibilidades de compreensão dos conteúdos.

Paulo Freire propõe que a educação seja fundamentalmente um processo de humanização para que alcance seu fim mais radical. De acordo com Costa (2016), não é do homem biológico apenas que Freire está falando. É do homem, ser biológico e cultural. Portanto, um ser que, sendo múltiplo, constrói relações distintas com o mundo e com os outros, de modo que ele se recria e se transforma nessas relações. A potência interpretativa da humanização, nos termos de Freire, encontra-se justamente neste ponto: um valor intrínseco, capaz de perceber-se e recriar-se como ser que conscientemente se transforma e transforma o mundo.

Vasconcelos (2007) diz que a educação popular não possui o objetivo de transformar sujeitos subalternos em indivíduos polidos e higiênicos, mas sim contribuir para que esses sujeitos conquistem seus direitos, possam tomar decisões, fazer escolhas e, ainda, possam buscar um autocuidado consciente, desprovido de medos e culpas. Nós do ABC reforçamos sempre como as nossas ações não estão ligadas a higienização ou assistencialismo. Como, por exemplo, quando recebemos uma recomendação de voluntários de que as crianças deveriam se comportar melhor, sentar à mesa sempre, não correr e lavar as mãos. Porém, qual seria o sentido fazer tais exigências naquele contexto? Não se encontram no contexto da comunidade as condições primárias, como por exemplo, saneamento básico. Diante disso, pressupor que tenham mesa para todos os membros da família ou quartos com cama para todos seria desconsiderar completamente as condições concretas devida dessa população. É evidente a falta de recursos que estas famílias possuem em suas casas e também de como não podemos negar os atravessamentos disto nas crianças e nos adolescentes que não possuem acesso a condições básicas, sendo isto de alguma forma esquecido por alguns voluntários que dão prioridades a questões comportamentais. Devido a este episódio a Comissão de Psicologia se reuniu, pensamos e estudamos sobre a perspectiva higienista e decidimos fazer uma capacitação para os voluntários sobre assentamentos, atravessamentos na comunidade e as marcas de como isto é colocado para as crianças e os adolescentes atendidos pelo projeto. Por isto, decidimos fazer uma apresentação mais informativa com definição de conceitos de assistencialismo, privilégios, cuidado e outros, juntamente com teorias psicológicas sobre comunicação não violenta e o capítulo “A história de um olhar” do livro “A vida que ninguém vê” de Eliane Brum de 2006. Com o texto tínhamos o objetivo de mostrar a eles a potência e significado dos olhares deles frente àquelas crianças e adolescente, frente à comunidade, e também de fomentar a reflexão em relação às possibilidades de desenvolvimento nesta ação que constrói e sustenta as relações e laços estabelecidos com eles. Após a apresentação, finalizamos com um debate sobre os temas abordados, momento no qual algumas pessoas falaram sobre o tema e os conceitos que antes não conheciam sobre o que sentiram na capacitação, sobre como as temáticas apresentadas são importantes tanto para o projeto como para o âmbito pessoal. Consideramos que foi um momento que possibilitou ressignificar estar lá; alguns voluntários comentaram

que a partir disto desejaram estar mais vezes no projeto, porém com mais cuidado e disponibilidade.

Pensando a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, que temos como base teórico-metodológica no projeto ABC, cujo principal autor é Vigotski, o ser humano é definido como histórico, social e culturalmente inserido, de forma a pensá-lo partindo de suas relações sociais e interpessoais, do contexto em que está inserido e da realidade em que vive. (Alencar e Francischini, 2016). Sendo assim, nos deparamos com a importância de pensar o sujeito para além de uma compreensão biologicista ou individual, considerando suas vivências e as oportunidades de relações que possui no decorrer de sua vida, algo que a educação popular considera, também, muito importante, ao passo que busca levar as vivências do sujeito para o processo de aprendizagem e para os conteúdos apresentados a ele.

No ABC pensamos nas crianças e nos adolescentes de forma ampla, sempre tomando como ponto de partida aspectos sociais e culturais. Como temos a maioria de crianças e jovens pretos no projeto, vimos como importante fazer um mês apenas com oficinas com temáticas da cultura negra. Em um destes dias, tivemos uma integrante do movimento negro da Universidade Federal de Uberlândia, DandaraTonantzin¹⁰, que levou uma oficina de turbantes.

A possibilidade de identificação daquele encontro podia se ver nos olhos deles, ao se verem no espelho de turbante.No dia todos tiraram várias fotos, na fotografia é possível se enxergar o sorriso deles, que é um marca de como foi significativo aquele dia. A Dandara conversou muito, principalmente com as meninas, sobre como o cabelo delas é bonito, deu dicas sobre cuidados, formas de penteados. Para as meninas, foi muito significativoolharem seus cabelos e formas, para os meninos foi como uma nova possibilidade.

Na educação popular, como destacam Alencar e Francischini (2016) os processos de aprendizagem e desenvolvimento se dão por meio da internalização de elementos externos e pelo modo como são modificados por cada um, de forma que este processo não pode ser considerado segmentado ou linear, não existe um padrão seguido por todos os indivíduos, pois depende das vivências de cada um. As interações sociais, o ambiente em que cada um está inserido, o contexto social de cada pessoa, os

¹⁰DandaraTonantzin é uma mulher negra, jovem da periferia, pedagoga, mestranda e ativista, das lutas e de diversos movimentos sociais. Nas eleições municipais de 2020 foi a vereadora mais votada da cidade de Uberlândia.

meios de comunicação e as relações interpessoais que são estabelecidas contextualizam o desenvolvimento desta pessoa. Com isto, fortalecer os laços com as famílias e a comunidade possibilita o planejamento de atividades que se articulem com este contexto.

De acordo com Toassa & Souza (2010), o conceito de vivência em Vigotski se constitui sempre numa articulação entre o passado e o futuro que se revela numa vivência. Sendo assim, trata-se de um processo psicológico que unifica sujeito e objeto produzindo diversos conteúdos, emoções e qualidades diversas. Como Vinha & Welcman (2010) descrevem: “a influência de uma situação ou outra depende não apenas do conteúdo da própria, mas também do quanto a criança entende ou apreende a situação” (p. 688). Para o autor, este é um conceito essencial do processo básico da vida do sujeito, sendo a vivência um acontecimento profundo na existência da vida humana, que vai se complexificando com a estruturação dos sistemas psicológicos, como personalidade e consciência, articulando em dois núcleos o interno (processos mentais) e os externos (percepção de objetos), porém sempre de forma indivisível.

A partir disso, notamos o quanto é fundamental levar em conta a vivência e experiência de cada indivíduo para compreender seu desenvolvimento de modo geral e pensar as formas de melhor introduzi-lo na sociedade. Mesmo submetidos às mesmas situações no dia a dia, podem internalizar cada momento de forma diferente, o que deve ser levado em conta no momento de trabalhar com cada pessoa, buscando fazer com que o conteúdo apresentado faça sentido a partir de sua realidade e de suas vivências.

Para representar isto, me lembro de uma oficina sobre diversidade, levamos vários super-heróis e no dia fiquei para trabalhar com os menores dentro da sede. Fizemos um varal cheio de fotos com estas referências e pedimos a eles para escolherem alguém que os representasse, e fomos conversando sobre os poderes, o que eles têm em comum com os super heróis e os poderes que gostariam de ter e por quê. Neste dia o super-herói mais escolhido foi o Pantera Negra. Eles queriam ter o poder e a força dele de comandar, as crianças relataram, ainda, que o escolheram por se parecer com eles. Outro herói citado foi Thor, por sua força e por ser invencível. Neste dia vimos o quanto cada criança cria uma forma diferente de se relacionar consigo, ao pedirmos então um autorretrato vimos isto em linhas, formas e cores. Alguns veem

sentido e referência nos super-heróis, outros desenharam a si mesmos e suas famílias, e aquilo fazia parte de como compreendiam a si mesmos, suas famílias e o mundo. Neste dia, notei a importância de um autorretrato, uma atividade que, a princípio, poderia parecer boba, mas em sua realização vimos o quanto eles foram se percebendo, olhando o outro, se diferenciando ou se identificando.

Para Alencar e Francischini (2018), a vivência conta com duas dimensões, a influência que o meio tem sobre o sujeito que nele está inserido, ou seja, como o ambiente e as situações interferem na formação e no modo de viver de cada um, e o modo como o sujeito expressa sua intersubjetividade, encontro onde o sujeito se constitui a partir da relação com o outro. Sendo assim as vivências internas e externas fazem a constituição do sujeito ser intersubjetiva e dialética, condição determinante para o caráter social e dialógico dos indivíduos.

Pensando neste conceito de vivência para Vigotski e na explicação da educação popular como instrumento de mudanças e introdução do sujeito nas lutas pela igualdade, podemos pensar na importância de compreender o sujeito em sua realidade e permitir que seja protagonista deste processo de educação, de forma a ser transformado pelo meio em que está inserido tanto quanto pode se tornar atuante em um movimento para mudar a realidade em que está inserido, ao passo que compreende o sistema em que vive e o quanto pode transformá-lo.

Refletindo sobre a Educação Popular como apresentada anteriormente, vemos a importância de apresentar ao sujeito os conteúdos a serem estudados imersos nas situações que ele vive, de forma a apresentá-los de forma mais acessível, contando com a participação destes sujeitos no desenvolvimento desta dinâmica. A relação de diálogo estabelecida na educação popular também é muito positiva para a melhora deste aprendizado, pois, ao aproximar os dois lados desta vivência, cria-se um maior vínculo e torna-se possível uma relação mútua de aprendizado, na qual as interações sociais passam a fazer mais sentido e proporcionam relações mais próximas e agradáveis para ambas as partes. Corroborando com as ideias de Vigotski sobre a comunicação, tal como apresentadas por Alencar e Francischini (2018): a linguagem se torna um conceito importante, pois para Vigotski, ela é o principal sistema de representação simbólica da mediação dos grupos, tendo como responsabilidade o compartilhamento social entre os sujeitos de um mesmo território.

De acordo com Vasconcelos & Brito (2015), Freire propõe que espaços de discussão são essenciais para a prática da educação popular, onde toda atuação é embasada no diálogo, discussão e debate. Pois o indivíduo está em constante mudança e aprendizado, ou seja, não há seres educados e sim seres em caráter permanente de educação.

Quando penso em diálogo vejo o quanto nós Comissões do projeto passamos a incorporá-lo. Desde a criação do ABC do Glória, com os reforços escolares e aulas de inglês e espanhol, até pelo ano de 2018, quando revimos a criar formas para estar mais perto das crianças e dos adolescentes, perguntando a eles o que desejavam ter, fazendo o possível para fazer acontecer. Foi nessa época, aos domingos, que um grupo de meninas queria muito fazer teatro, nós então colocamos o teatro no cronograma de atividades, arrumamos fantasias e o espaço externo para elas ensaiarem. Os meninos sempre pediam lutas, então com parcerias, foi inserido um projeto de Judô no ABC.

Às vezes temos alguns entraves, tanto financeiros como de espaço, porém com contribuição de parceiros e da comunidade fazemos o que é possível. Afinal, como aponta Calado (2008), a educação popular envolve diversos protagonistas, parceiros, aliados, animados por diferentes e às vezes antagônicas motivações, perspectivas e posturas ético-políticas pedagógicas.

Nós da Comissão de Psicologia sempre discutimos como escutar melhor as crianças e os adolescentes. Vimos que as conversas nos dias de ação durante as oficinas e nas outras atividades nos ajudavam a perceber o que eles gostavam ou não de fazer, e também suas ideias para melhorar. Como vimos aqui, educar é construir um novo conhecimento a partir das trocas de vivências.

4. Estação 3: “O ABC é nosso!”

Nesta estação trarei um pouco sobre a temática Organizações não Governamentais (ONG) ou Organizações da Sociedade Civil (OSC) e seus atravessamentos políticos. Quando penso nisso me lembro de uma situação, na qual foi proferida a frase que dá título a esta estação. Recordo-me deste dia caótico claramente. Chegamos ao ABC em um sábado e nos deparamos com o campinho todo cercado por madeiras e uma cerca ficamos sem entender completamente nada, fomos criando várias ideias sobre o que poderia ter acontecido, mas sem saber ao certo. Até que as crianças e adolescentes vão chegando e a gente pergunta a eles se sabem de algo, então eles relatam que algumas pessoas que não eram da comunidade queriam o espaço e pretendiam construir casas ali. Todas as crianças e adolescentes falavam para nós, com muita raiva daquela situação. Como eles poderiam fazer isso com o campinho deles? Naquele dia eu seria a voluntária do futebol, junto com Isabella, e os meninos e meninas do futebol falaram para nós duas “o ABC é nosso, a gente vai arrancar isso”. Nós duas ficamos paradas sem reação naquele momento, mas logo todos os voluntários se juntaram a eles e fomos retomando o nosso espaço!

Esta cena me proporcionou algumas reflexões sobre o território e a construção de laços com a comunidade. Decido inseri-la a como um marco inicial de discussão para nós da Comissão de Psicologia para se pensar em como o processo de nos tornarmos uma ONG naquele espaço afetou as construções das relações com as crianças e adolescentes e com a comunidade, construindo uma compreensão coletiva em relação ao que somos e como trabalhamos. Vimos o quanto o ABC foi se tornando significativo não somente em terminologia, mas como foi adquirindo um forte sentido para toda a comunidade atendida.

O projeto nunca teve como pretensão ser uma ONG, mas assim acabamos sendo nomeados pela sociedade e pela comunidade, como por exemplo, quando ocorreram reportagens, outros veículos de mídia social e a comunidade também passaram a nos denominar como tal. Desde que ingressei todos os membros da Comissão Geral desejavam que a formalidade de ter Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) se concretizasse para que tivéssemos mais acesso a editais públicos e privados, viabilizando contatos com empresas que pudessem patrocinar e uma maior

visibilidade no meio social. Como descrevemos na sessão apresentação no início deste trabalho, no ano de 2020 passou a ser uma Organização da Sociedade Civil.

O ABC do Glória nasceu de uma construção informal de ONG, sendo apenas um projeto inicialmente, porém já havia uma organização, com objetivos e parâmetros de serviço para a comunidade, assim como uma organização do terceiro setor necessitando poder ser vista como tal. Por isto, nesta estação, falarei dos conceitos de ONG e/ou OSC, pois ambas atravessam a construção e a relação com a comunidade.

As organizações não governamentais (ONG) são entidades privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo propósito é defender e promover uma causa política. Essa causa pode ser de qualquer tipo: direitos humanos, direitos animais, direitos indígenas, gênero, luta contra o racismo, meio ambiente, questões urbanas, imigrantes, educação, entre muitos outros. Essas organizações são parte do terceiro setor, grupo que abarca todas as entidades sem fins lucrativos.

A sigla OSC, como Fernandes (1997) retrata, é um conjunto que por suas características se distingue do mercado e Estado, trazendo um contexto de lutas pela democratização. O termo de sociedade civil da sigla destaca o espaço próprio desta instituição, nela por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania de forma direta e autônoma. O objetivo de uma OSC deve ser sempre, a prestação de serviços ou a promoção de projetos sociais que tenham finalidade pública. Conforme recupera Fernandes (1997), este termo foi utilizado pela primeira vez em 1916 e modificado em 2014 a partir da Lei (Lei nº 13.019, 2014) que tem como intuito regulamentar toda e qualquer instituição que desenvolva projetos sociais com finalidade pública.

De acordo com Silveira (2004), o termo ONG foi usado pela primeira vez em uma resolução do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1950. Desde então, serve para designar as iniciativas privadas sem fins lucrativos e que não surgiram de acordos entre Estados, sendo que a principal característica das ONGs é a natureza das atividades que exercem, sendo estas de natureza pública.

Nos anos 60 e 70 no Brasil, de acordo com Fernandes (1994), um conjunto de pequenas organizações constituídas por grupos de pessoas oriundas dos setores das igrejas, dos partidos políticos e das universidades, organizam-se em entidades

associações civis sem fins lucrativos para se dedicar ao trabalho social junto aos setores mais vulneráveis da população. Assim como o ABC, que surgiu a partir da ideia das diretoras de criar um projeto. Porém foi a Igreja Beata Helena Guerra que na época cedeu o espaço por acreditar na potência do projeto. Até hoje utilizamos o espaço cedido onde já realizamos diversas reformas. Apesar do ABC não ter vínculo religioso, o fato de estar ao lado de uma igreja católica confunde alguns indivíduos que sempre nos questionam, “você dá catequese?” ou “qual o vínculo com a igreja?”.

A partir de Oliveira e Haddad (2001) observa-se que, na América Latina as ONGs são especialmente dedicadas ao desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos. De todo modo, a atividade das ONGs são sempre direcionadas a um ramo, no caso do ABC, sua atividade se pauta no campo educacional e na educação informal, envolvendo oficinas sócio educacionais, esportes e outras práticas escolares a partir das oficinas sócio culturais.

De acordo com Souza (2009), as ONGs continuaram a crescer numericamente ao longo dos anos 2000, mas tendo que ressignificar sua missão política na área social da educação e redesenhar sua relação com o Estado. Com o crescimento de políticas públicas voltadas para a superação da pobreza e das desigualdades sociais, houve um processo de ressignificação sobre a identidade de todos os setores de participação civil e uma conscientização da sociedade acerca do seu papel junto ao Estado. Este processo de reconstrução de significados ainda atravessa o ABC, por exemplo, a legalização como bairro ocorreu apenas no ano de 2018, sendo ainda um processo recente, tanto para eles como para a sociedade que agora denomina a comunidade como bairro, e também pela forma como a comunidade se relaciona com os movimentos sociais que são presentes ainda, como por exemplo, o MSTB que antes ajudou nos processos de legalização de terrenos, energia e água e hoje colabora com as famílias fornecendo alimentação. As questões políticas revelam como o Estado nestes espaços de assentamento é negligente, as ações políticas voltadas a eles possuem frequentemente interesses eleitorais e ocorrem no ano de eleição, como já relatado em outra estação.

Com isto, se faz importante contextualizar como o terceiro setor, vem sendo desvalorizado pelo Estado, que seria na teoria sua maior fonte de recursos. Como no artigo de Oliveira e Sousa (2015), o Terceiro Setor ainda tem o grande desafio de criar condições favoráveis à organização socioeconômica coletiva, autogestionária e

autônoma. A maior parte das organizações pertencentes ao setor encontra-se em estado de vulnerabilidade e precariedade, com um baixo nível de estruturação interna e de articulação externa. O ABC sempre se sustentou por meio de doações externas, já teve um vínculo com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio do qual recebia dinheiro para lanches e transporte dos voluntários. Porém com os cortes, cada vez maiores, do orçamento da Universidade, tal respaldo teve seu fim. Atualmente, o projeto tenta se gerir da forma mais autônoma possível, tendo como dependência ainda a questão do espaço físico, pelo fato da sede ainda não ter sido aprovado pela COHAB. A fragilidade financeira que perpassa exigiu um rigor da Comissão Geral para que os objetivos já estabelecidos não fossem esquecidos ou trocados pelos interesses desses possíveis financiadores. Sempre que há um financiador mostramos a eles os objetivos, atividades e ações específicas para as quais precisamos de financiamento.

Ao me aproximar da comunidade nesta articulação externa, vejo como o ABC cria esta ponte com outros serviços. Fazemos, porém, de forma particular, pela qual cada um vai acionando sua rede de apoio, pois não temos vínculos com redes públicas. As redes iniciais que possibilitaram que o projeto fosse construído foram, por exemplo, com a Odontologia da UFU que oferecia um atendimento e encaminhamentos de cirurgias, com outros projetos e ONG's como o Ação Moradia e também com membros da própria comunidade. Um grande exemplo de comunicação com a comunidade é o Zé Mario, dono de uma loja de materiais de construções que fica em frente à sede, ele já contribuiu nos oferecendo energia quando não tínhamos, compramos dele todos os materiais necessários para nossa obra e sempre buscamos suas doações para as nossas festas. O ABC também é de Zé Mário.

Consideramos que o ABC também é das famílias e da comunidade. E assim, como destacam Ximenes & Barros (2009), o Psicólogo neste território deve investir nas interações e se atentar para a apropriação e construção de significados e sentidos, como também à afetividade e aos sofrimentos ético-políticos envolvidos. Nós da Comissão de Psicologia vamos construindo um campo, que valoriza os projetos desenvolvidos na comunidade como, por exemplo, cozinha comunitária e outros. E, também, no ABC vamos com eles renovando as ações e criando novos. Com isto, a nossa atuação como Psicólogos se baseia na construção compartilhada de ações de uma maneira dialógica e colaborativa, por isso, além de fazer isto com as crianças e

adolescentes, inserimos as famílias e membros da comunidade nas atividades que realizamos.

Um exemplo são nossas festas, para as quais todos da comunidade são convidados e sempre estão presentes compartilhando o momento com as crianças e com os adolescentes. Outro exemplo mais atual ocorreu durante a pandemia de COVID-19, a partir de uma iniciativa das mães das crianças e dos adolescentes que participam do projeto. Devido a um episódio com uma integrante da Igreja que ofereceu o espaço físico para criação de uma cozinha comunitária retirou os materiais. Contudo, apesar de o trabalho desenvolvido pelo ABC ter se modificado, o local está sendo utilizado para entrega das cestas e o material psicopedagógico criado pela Comissão de Psicologia para manter vínculos com as crianças e os adolescentes durante o período de isolamento social e também estimular e produzir conhecimentos. Como gostaríamos de manter o vínculo com todos, também foi criado um grupo no Whatsapp com os responsáveis das crianças, onde comunicamos as datas de entregas de cestas e do material, fazemos informes e mantemos o diálogo. Toda esta ação de retirar os materiais do projeto e substituir pela cozinha ocorreu sem aviso prévio por uma integrante da Igreja que justificou a ação por nós do ABC não estarmos usando o espaço físico. Porém, ele estava sendo usado para a organização dos cadastros, para as entregas de cestas e dos materiais psicopedagógicos, distribuição de álcool para as famílias e outras doações. Devido a este episódio, a integrante da Igreja comunicou que não gostaria que o ABC ficasse mais lá. No momento ficamos muito chateados e explicamos que precisamos do espaço e que já temos esse acordo há anos com a responsável pela Igreja. Resolvemos com a dona da Igreja a permanência na sede e a volta dos nossos materiais (como mesa, livros e brinquedos) e a retirada da cozinha. Porém, com este episódio, algumas mães se manifestaram no grupo dos pais e decidiram também participar da reunião com a Igreja, como representantes das crianças e dos adolescentes.

Na reunião, as mães chegaram e solicitaram para falar sobre como o ABC não pode sair da sede, pois o espaço e as atividades são importantes para as crianças e os adolescentes, e também mostraram como os materiais produzidos pela Psicologia estão sendo importantes neste momento pandêmico para manter os vínculos das crianças e adolescentes com os “tios” e “tias” voluntários, argumentaram que os materiais fornecidos informam e ajudam nos processos de escrita e leitura, além de também

criarem um momento de aprendizagem para além das tarefas escolares que são enviadas. Elas também relataram como as cestas básicas estão sendo essenciais para contribuir na alimentação das famílias, já que houve famílias desempregadas e outras que não conseguiram receber os auxílios emergenciais do Governo. Após isto, elas pediram mais histórias nos cadernos e alguns temas. Com isso, vimos o quanto às famílias se integram junto com as crianças não somente nas atividades, como também no de modo geral. E o mais emocionante no dia foi ver através do pedido de permanência do ABC o quanto se construiu laços significativos com a comunidade e com as crianças e adolescentes. O ABC também é dessas mães.

Quando a Comissão de Psicologia esbarra em todas essas questões vemos o quanto nossa atuação deve ser política, mas não políticopartidária. Como relatam Paiva e Yamamoto (2010), o psicólogo deve ter uma ação comprometida, contextualizada, política, articulada, que vise à emancipação dos sujeitos, e assim poderá compor alguma transformação no território em que atua.

Bock (1999) retoma o que foi colocado acima acerca do comprometimento do psicólogo frente às políticas e ao território no qual está atuando, defendendo que "o trabalho do psicólogo deve apontar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira" (p.325). A autora defende o compromisso ético da atuação do psicólogo. Bock(1999) utiliza o termo "apontar" trazendo o sentido de finalidade, defendendo o compromisso do ponto de vista ético. São proposições que têm guiado o trabalho da Comissão de Psicologia do projeto, o qual vai se estruturando de forma ativa e com responsabilidade diante de todas suas ações, para que ocorra uma real transformação.

Como retrata Yamamoto (1983), o psicólogo deve se atentar às interpretações equivocadas de sua atuação. Como já dissemos neste ensaio, na estação 1, o projeto busca superar o assistencialismo, porém estas interpretações são postas pela sociedade, como também concepções fatalistas¹¹ fazendo com que cada vez mais as ações devam ser articuladas e criadas com a comunidade, pautadas na transformação dela. Nós da Comissão de Psicologia assumimos, a partir disto, a responsabilidade de compreender a relevância de nossa atuação em Psicologia e Psicologia Escolar e buscamos discutir

¹¹De acordo com Martín-Baró (1998), o fatalismo consiste em um fenômeno psicossocial manifestado pela interação entre o indivíduo e o mundo que, é permeado pelo funcionamento opressivo das estruturas macrossociais, compreendidas como algo fechado e incontrolável.

isto constantemente com o conjunto dos voluntários; por isso cada vez mais valorizamos nossas capacitações como fonte de potentes formas de comunicação com os membros voluntários, para que eles estejam conosco neste desafio.

De acordo Galvão & Marinho-Araújo (2017) é necessário que o Psicólogo Escolar seja capaz de particularizar sua atuação na conjuntura da história de injustiças sociais que justificam a existência das ONGs no Brasil e que inauguram um novo campo de atuação em Psicologia Escolar. No contexto da educação popular a atuação dos profissionais como possíveis agentes de mudanças, buscando fazer com que compreendam: a importância das relações entre a comunidade em si, os contextos sociais em que estes sujeitos estão inseridos e como estes permeiam as ações, buscando proporcionar uma melhor experiência para as pessoas a quem as ações se dirigem, de forma a fazer com que aquilo que lhes é apresentado de ação faça sentido, seja possível e que se aproxime daquilo que a comunidade vivencia diariamente.

Esse contexto requer o desenvolvimento de uma atuação psicológica que não se desloque do campo político para o da caridade e da assistência básica. Esse compromisso ético-político pode se revelar em práticas psicológicas como as que buscamos, em uma Psicologia que busca fazer com que o sistema de ensino adotado esteja o mais próximo da realidade que vivenciam, que busca entender a realidade da comunidade, as dificuldades e lutas passadas para chegar até lá e o quanto é mais acessível a eles atividades voltadas para sua realidade territorial. O ABC nasce de uma ideia de um projeto na e para comunidade do Glória, junto aos atravessamentos políticos, sociais e culturais presentes com isto. Nós que propomos uma Psicologia Escolar pautada na Educação Popular nesta OSC devemos sempre atentar à importância de cada tópico trabalhado acima para termos uma atuação popular real.

5. Estação 4: de Érika do ABC, para o ABC!

Nesta estação, como conclusão deste ensaio, optei por apresentar uma carta minha para o ABC. Esta carta propõe-se a sintetizar todo meu processo de escrita, reflexão com base nas teorias apresentadas e aprendizado na construção deste ensaio e da minha trajetória no Projeto. Desejo a você leitor que esta carta o aproxime dos meus sentimentos e das conclusões que obtive com este trabalho de conclusão de curso (TCC). Então, viaje em cada linha dela, boa leitura!

Olá ABC,

Ensaiei diversas formas de começar a escrever esta carta para finalizar o ciclo que foi escrever este TCC. Posso te garantir que, igual a você, a escrita me proporcionou momentos de risada, choro de felicidade e ansiedade. A escrita aqui passou também por todos estes sentimentos.

Ao ler toda a escrita das estações, que seguiram uma viagem de idas e voltas, paradas e mudanças de local, vejo o quanto você, ABC, foi se transformando, criando vínculos potentes com as crianças, adolescentes e comunidade. A relação de ser voluntário também foi se modificando, vi os membros se tornando mais ativos e se responsabilizando com o projeto, e vi dobrar o número de pessoas interessadas. O projeto se expandiu não só fisicamente, mas também com a nossa reforma, juntamente com o reconhecimento público para a cidade.

Você foi mudando aos poucos, testando, dialogando, transformando e criando força. Quando eu penso em Freire, vejo o quanto fomos nos aprofundando de educação popular em nossas ações e o quanto a teoria nos fez olhar para a Psicologia e para a Psicologia Escolar com outros olhos. A Psicologia agora é uma parte muito importante. No começo sei que tivemos algumas dificuldades. Até para nós, da Comissão de Psicologia, foi difícil saber o que estávamos fazendo.

Hoje, a Comissão de Psicologia aumentou em diversas formas, com mais gente e com mais potência nas ações na e com a comunidade. Escrever sobre isto foi rever todas nossas tentativas que nos levaram até hoje, olhar o quanto fomos criando rede com a comunidade e com os voluntários, fizemos nossos trilhos.

Percorrer, neste trem da escrita sobre você, ABC, foi mergulhar também na minha atuação como psicóloga, rever minhas ideias sobre o que é território, Psicologia e uma atuação crítica. Não seria possível escrever este ensaio pra você sem que eu refizesse e (re)construísse meus trilhos, foi com você que eu aprendi na prática uma atuação transformadora, a escuta atenta de crianças e adolescentes, culturas novas, conceitos novos e pessoas novas. Não foi só você que criou vínculos com as pessoas, eu me fortaleci nos vínculos criados, nos abraços e beijos dados em todas as manhãs dos finais de semana. E foi assim que nasceu a Érika do ABC.

Eu só pude nascer, pois você, ABC, me proporcionou todos esses atravessamentos descritos neste ensaio, você não foi só um local físico ao qual eu vou aos finais de semana, você foi e é mais. Olha, você mudou a visão de muitos futuros psicólogos, conseguimos por você, e com você, inserir debates de educação popular nas disciplinas de Psicologia Escolar, conseguimos com o TCC da Isabella e o meu, levar o debate que temos para dentro da academia. E vem mais, viuABC?

Ao pensar neste ensaiosobrepolítica, humanização,escuta e comunidade,pode-se notar que você não é somente um projeto ou agora uma OSC de uma comunidade, você é o ABC do Glória, o local onde crianças e adolescentes circulam livres e cheios de potências para compartilhar com os tios e tias. E, claro, com o mundo que os espera.

Não dá pra negar, ABC, que você é importante naquela comunidade. Quando escrevi este ensaio, em cada linha que pensava, via o quanto foram se construindo os laços que hoje fazem transformação, não só para as crianças e adolescentes que vão aos finais de semana, mas para a comunidade Glória e para os voluntários. Ao escrever isto, me passa na memória cada abraço, beijo, afeto, risada, passeio e festas vividos nestes anos.

Meu coração está palpitando com todas as forças ao ver que estou finalizando este ciclo de formação com você. Sem a sua presença, não iria existir a Érika psicóloga que está em construção, a Érika do ABC nasceu e ainda está crescendo, mudei e me recriei junto com você. E cresci. Ao pensar em atuação de psicólogo neste ensaio, só consigo pensar em como o projeto me fez construir estes olhares que hoje me constituem e fazem com que eu esteja sempre querendo estar de forma crítica em diversos territórios.

Esta carta não é uma despedida, mas sim uma forma de finalizar e agradecer sua importância para mim, para as crianças e adolescentes, comunidade e, agora, também para comunidade acadêmica. Agora quero que muitas pessoas possam ter acesso a sua história que ainda está acontecendo e de como a Psicologia e a Educação Popular estão sendo importantes para você. Esta sempre foi minha ideia inicial quando bati na porta da Professora Anabela, pedindo orientação borbulhando de ideias na cabeça. Por isso, termino este ensaio com a sensação de dever profissional cumprido, ao trazer a Psicologia mais perto de você, e por levar à academia, por meio deste ensaio, situações e contextos que exigem debates e reflexões teórico-práticas.

Quero que este ensaio seja o pontapé para novas discussões sobre Educação Popular e suas potências e desafios, que você ABC seja, para os leitores, exemplo para criação e renovação de outros projetos e formas de estar com as comunidades.

A você, leitor desta viagem, obrigada por acompanhar e sentir o ABC desta forma comigo.

ABC, obrigada por me receber em seus braços e fazer dele morada não só para mim, mas também para uma comunidade inteira.

Obrigada por me amar, apoiar e fazer de mim a Érika do ABC, que escreve aqui em lágrimas de felicidade!

Com todo amor do mundo, Érika do ABC.

6. REFERÊNCIAS

- Alencar, E.&Francischini, R. (2018). *A Constituição do sujeito: Vygotsky e a Perspectiva Histórico-Cultural*. Vitória da Conquista, BA: Revista Práxis Educacional, 14, 310-334.
- Antunes, M. A. M. (2008). *Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas*. Psicologia Escolar e Educacional, 12(2), 469-475.
- Barbiere, D. S. (2016). *Um ensaio sobre sexualidade e educação: contribuições da Psicologia para o cenário brasileiro*. (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Instituto de Psicologia, Universidade de Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.
- Beisiegel, C. de R. (1982). *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Bock, A. M. B. (1999). *A Psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social*. Estudos de Psicologia, 4(2), 315-329.
- Bock, A. M. B. (1997). *Formação do Psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico*. Psicologia: ciência e profissão, 17, 37-42.
- Brum, E. (2006). *A Vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Calado, A.J.F.C. (2008). *Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas?* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Cançado, P. M. G, Souza, R.S, Cardoso, C.B.S. (2014). *Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social*. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, SP: ABEP, 24 a 28 de novembro.
- Campos, H. R. & Jucá, M. R. B. L. (2006). O psicólogo na escola: avaliação da formação à luz das demandas do mercado. In S. F. C. Almeida (Org.), *Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional*. Campinas: Alínea.
- Costa, B. B. (2016). *Paulo Freire: educador-pensador da libertação*. Pro-Posições, 27(1), 93-110.
- Fernandes, R.C. (1997). *O que é o terceiro setor?* Belo Horizonte: Revistado Legislativo, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 18, 26-30.

- Fernandes, R. C. (1994). *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: CIVICUS; Relume-Dumará.
- Freire, P. (1975). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2007). *Política e educação*. São Paulo: Villa das Letras.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1921-1987-1997). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra. 9º ed.
- Gadotti, M. (2011). *Paulo Freire 90 anos: lembranças pessoais e comentários*. São Paulo: Revista e-curriculum, v.7 n.3.
- Galvão, P., & Marinho-Araujo, C.M. (2017). *Psicologia Escolar em ONGs: Desafios Profissionais e Perspectivas Contemporâneas de Atuação*. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 467-476.
- Guareschi, N.M. F., Reis, C. D, Huning, S. M., & Bertuzzi, L. D. (2007). *Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1983). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Maia, C. M. F. (2017). *Psicologia escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação*. (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF).
- Marinho-Araújo, C. M., & Almeida, S. F. C. (2005). *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas: Alínea.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de La liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014. (2014). Dispõe o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação Recuperado em 23 outubro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm.
- Oliveira, A. C.; Haddad, S. *Organizações da sociedade civil e as ONGs de educação*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 112, p. 61-83.

Oliveira, E.A & Sousa, E.G. (2015). *O Terceiro Setor no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios para as Organizações Sociais*. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v.4,p 181-199.

Paiva, I. L & Yamamoto, O. H. (2010). *Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Estudos de Psicologia, 15(2), 153-160.

Patto, M. H. S. (1981). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Patto, M. H. S. (1998). *Compromisso político e formação do psicólogo: considerações a partir da luta antimanicomial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 71-85.

Patto, M. H. S. (2012). *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Patto, M.H.S.(1992). *A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro*. Psicologia USP, 3(1-2), 107-121.

Pires, I. T. M. (2019). *Processos Reflexivos: Acolher para incluir em um Projeto Social*. (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Instituto de Psicologia, Universidade de Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.

Pollianna, & Araujo, C. M. M. (2018). *ONGs no Brasil: contextualização histórica do cenário para atuação em psicologia escolar*. Psicologia em Revista, 24(1), 101-123.

Resolução nº 6, de 29 de Março de 2019. Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/Conselho Federal de Psicologia. Edição: 62, Seção: 1, Página: 163. Recuperado de: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69440957/do1-2019-04-01-resolucao-n-6-de-29-de-marco-de-2019-69440920.

Silveira, R. V. (2004). *Constituição Jurídica das Organizações Não-Governamentais*.

Souza, D.D.L. (2009). *Movimentos sociais, ONGs e educação: um estudo de caso*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras.

Toassa, G., & Souza, M. P. R. (2010). *As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski*. Psicologia USP, 21(4).

Vasconcelos, E. M.(2007). *Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde*.In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio a Gestão Participativa. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, p.18-29.

Vasconcelos,M.L.M.C e Brito,R.H.P.B.(2015). *Conceitos de educação em Paulo Freire*. São Paulo (SP): Vozes

Vinha, M. P., &Welcman, M. (2010). *Quarta aula: a questão do meio na pedologia, Lev SemionovichVigotski*.Psicologia USP,21(4), 681-701.

Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). *Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades*.Psicologia: Ciência e Profissão, 29(4), 686-699.